

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM AGRONOMIA

**Canais de comercialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)
no contexto da pandemia de COVID-19**

Sandy Evelyn Pereira Arguelho

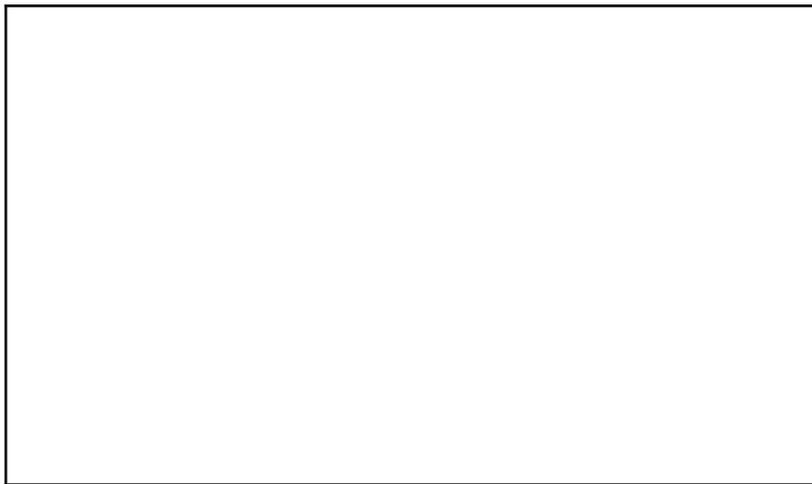
Florianópolis/SC

Dezembro de 2022
Sandy Evelyn Pereira Arguelho

Canais de comercialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no contexto da pandemia de COVID-19

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Graduação em Agronomia, do Centro de Ciências Agrárias, da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial para a obtenção do título de Engenheira Agrônoma.
Orientadora: Profa. Dra. Marília Carla de Mello Gaia

Florianópolis/SC
Dezembro de 2022.



Sandy Evelyn Pereira Arguelho

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do título de Engenheira Agrônoma e aprovado em sua forma final pelo Curso de Agronomia.

Local Florianópolis, 05 de Dezembro de 2022.



Coordenação do Curso

Banca examinadora



Prof.(a) Marília Carla de Mello Gaia

Dr.(a)

Orientador(a)



Prof.(a) Oscar José Rover Dr.(a)

Instituição Universidade Federal de Santa Catarina



Josiane Lima dos Santos

Especialista em Economia de Desenvolvimento Agrário

Florianópolis, 2022.

Dedico este trabalho a todas as mulheres que me criaram e me formaram, com todo o meu amor e carinho.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a pessoa mais importante da minha vida, minha mãe, que assumiu o desafio de me gerar e educar vencendo todos os desafios impostos por uma sociedade racista e machista a uma mãe negra, solo, e que mesmo assim, nunca desistiu de mim. Agradeço às duas mulheres que participaram e ajudaram na minha criação, minha amada tia Tatiane e minha avó Maria.

Agradeço a todos os meus familiares que me apoiaram, contribuíram para todos os processos e que tornaram possível ser o que eu sou hoje, em especial aos meus queridos tio João e avô José.

Agradeço ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, que me salvou através da educação, cultura e coletividade ainda na adolescência no acampamento, e que tornou possível sonhar em entrar em uma universidade pública.

Agradeço também a todos os meus amigos, que foram importantes nesse processo de formação, que me apoiaram nos momentos mais difíceis da vida e me incentivaram a iniciar e continuar, como a Mayrine, Lidyane Barbosa, Eliton Felipe, Maria Eliane, Licioano Portz, Aline Korosue, Pietro Korosue, Sandra Procopio e Bruno Jacobson.

Agradeço ao Laboratório de Educação do Campo e Estudos da Reforma Agrária, pela oportunidade de aprendizado durante todos esses anos, e também às pessoas que fizeram e ainda fazem parte da equipe, como a Jiana, Renata Gondim, Prof. Dr. Clarilton Ribas e Marina.

Agradeço imensamente também a minha orientadora, que é uma grande inspiração, Profa. Marília Gaia, que aceitou esse desafio de, além de me orientar, me acolher e apoiar, tornando a fase final do curso mais leve.

Agradeço também ao movimento estudantil, que me proporcionou muito aprendizado e a luta por uma universidade pública e gratuita, além de me apresentar grandes amigos que quero levar para a vida toda, como Juliana Cunha, Leonardo, Lyon, Julia (Curitibanos), Guga, Leandro, Domitila, Edimar, Zimba e Gabriela Matias.

Por fim, agradeço aos meus melhores amigos, Edaciano, que é meu apoio, amor e irmão de vida que a UFSC me proporcionou, e Luciana Fernandes, que acredito ser uma das pessoas que mais acreditou em mim, fazendo ser real cada passo que dei até aqui. A Thais e a Louise, que me abraçaram em todos os momentos difíceis em que desistir parecia uma opção, e nós três seguimos juntas, principalmente durante a pandemia. Parafraseando Emicida: “Tudo que nós tem é nós”.

Minha esperança é necessária, mas não é suficiente. Ela, só, não ganha a luta, mas sem ela a luta fraqueja e titubeia. Precisamos da esperança

crítica, como o peixe necessita da água despoluída.
Paulo Freire - Pedagogia da Esperança, 1992.

RESUMO

Em 2020, o Brasil e o mundo sofreram com a notícia de uma pandemia causada pelo vírus SARS-CoV-2, causador da doença chamada COVID-19 (Instituto Butantan, 2021), que levou à morte milhões de pessoas pelo mundo. Frente ao aumento dos casos de contaminação e mortes, uma das medidas recomendadas pela OMS (Organização Mundial da Saúde) era que todos os países adotassem algumas medidas: uso de máscara facial individual; uso de álcool em gel para limpeza das mãos; distanciamento social e lockdown. Devido às recomendações das autoridades, o mundo teve que adaptar a nova vida durante a pandemia que acarretou na mudança dos hábitos de vida como compras em mercados, feiras, etc. Tais mudanças interferem diretamente na vida dos agricultores/as de todo um mundo, fazendo com que esses sujeitos buscassem novas formas de comercialização e outros meios para sua própria subsistência. Desta forma, esta pesquisa aborda e investiga as formas de comercialização que foram adotadas pelas famílias beneficiárias da Reforma Agrária, organizadas pelo MST, afetadas pela pandemia de COVID-19 durante e após o isolamento. A metodologia utilizada se deu através de aplicação de questionário com agricultores e agricultoras familiares oriundos da Reforma Agrária, participantes de feiras no estado de Alagoas e Sergipe. A partir disso, chegou-se à conclusão que houve significativas mudanças nas formas de comercialização para os agricultores de Alagoas e Sergipe, entretanto, durante a pandemia para algumas famílias não foi possível comercializar seus alimentos devido às restrições e distanciamento social, sobrevivendo apenas do auxílio emergencial. Para outras famílias, as feiras regionais continuam sendo o principal meio de comercialização. Espera-se que esse trabalho seja possível produzir um material que servirá como um levantamento de dados em que fornecerá informações sobre as formas de comercialização antes da pandemia, durante o período mais restrito da pandemia e após a flexibilização, trazendo subsídios para qualificar e ampliar as estratégias de comercialização no âmbito da Reforma Agrária.

Palavras-chave: Circuitos Curtos de Comercialização; Reforma Agrária; Sindemia; Políticas Públicas; Insegurança Alimentar.

ABSTRACT

In 2020, Brazil and the world suffered with the news of a pandemic caused by the SARS-CoV-2 virus, the cause of the disease called COVID-19 (Butantan Institute, 2021), which led to the death of millions of people around the world. Faced with the increase in cases of contamination and deaths, one of the measures recommended by the WHO (World Health Organization) was that all countries should adopt some measures: use of individual face mask; use of alcohol gel to clean hands; social distancing and lockdown. Due to the authorities' recommendations, the world had to adapt to the new life during the pandemic, which led to changes in lifestyle habits, such as shopping in markets, fairs, etc. Such changes directly interfered in the lives of farmers all over the world, causing these subjects to seek new ways of commercialization and other means for their own subsistence. Thus, this research addresses and investigates the forms of commercialization that have been adopted by beneficiary families of the Agrarian Reform, organized by the MST, affected by the pandemic of COVID-19 during and after the isolation. The methodology used was through the application of a questionnaire with farmers and family farmers from the Agrarian Reform, participants of fairs in the states of Alagoas and Sergipe. From this, it was concluded that there were significant changes in the forms of commercialization for farmers in Alagoas and Sergipe, however, during the pandemic for some families it was not possible to commercialize their food due to the restrictions and social distance, surviving only on emergency aid. For other families, the regional fairs continue to be the main means of commercialization. It is hoped that this work will be able to produce a material that will serve as a data survey that will provide information on the forms of commercialization before the pandemic, during the more restricted period of the pandemic, and after the flexibilization, bringing subsidies to qualify and expand the commercialization strategies within the scope of Agrarian Reform.

Keywords: Short Marketing Circuits; Land reform; Syndemic; Public policy; Food Insecurity.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CCC	Circuitos Curtos de Comercialização
COVID-19	Coronavírus (COVID-19)
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
PAA	Programa de Aquisição de Alimento
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PENSSAN	Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	14
2. OBJETIVOS	16
Objetivo geral	16
Objetivos específicos	16
3. REFERENCIAL TEÓRICO	17
3.1 Questão agrária brasileira	17
3.2 Reforma Agrária	20
3.3 Luta pela terra no Brasil e o MST	21
3.4 Importância da Comercialização na Reforma Agrária	29
3.4.1 A prática da comercialização de alimentos	33
3.4.2 Comercialização na Pandemia	36
4.0 METODOLOGIA	38
4.1 Caracterização dos estados e feiras da Reforma Agrária	39
5. RESULTADOS E DISCUSSÕES	44
5.1 Caracterização dos entrevistados	44
5.1.1 Comercialização antes de março de 2020.	44
5.1.2 Comercialização no período mais restrito da pandemia.	45
5.1.3 Comercialização no atual Momento (agosto/setembro/outubro de 2022)	49
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	52
7. REFERÊNCIAS	53

1. INTRODUÇÃO

O Brasil e o mundo em 2020, se deparou com uma doença que viria tirar milhares de vidas, a SARS-CoV-2, causador da COVID-19 nos colocando em uma pandemia mundial que estabeleceria novos hábitos alimentares e de vida como uma alternativa para não contaminação com a doença.

Além de enfrentar a doença, o Brasil teve que se deparar com o aumento também de uma das situações mais desumanas que existe, a fome. Em contrapartida, o país que é reconhecido como grande produtor de alimentos obteve recorde em exportação de *commodities*, arrecadando bilhões de reais para os cofres do agronegócio. Mesmo com o aumento da fome, o governo federal foi relutante em aplicar ações de emergência de alcance para famílias em situação grave de insegurança alimentar. De acordo com a Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede Penssan, 2021), responsável pela publicação VIGISAN (Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil), 116,8 milhões de pessoas estariam em algum grau de insegurança alimentar. Dentro deste cenário, opositores do governo fizeram então pressão para que medidas emergenciais fossem empregadas com urgência, sendo que a primeira proposta foi de um auxílio emergencial de R\$ 1.200,00, que foi aprovada pelo governo federal no ano de 2020 com o valor de R\$ 600,00 para maiores de 18 anos desempregados, e R\$ 1.200,00 para mulheres chefes de família. Em 11 de fevereiro de 2020. Mesmo com todas as notificações e aumento de mortes em todo o mundo, o Brasil entrou tardiamente em lockdown e teve uma série de problemas na gestão da pandemia ao longo dos meses seguintes. Visto que ocorreu uma grande negação quanto à existência do vírus e de seguir as recomendações da OMS, o presidente da república dificultou as ações sanitárias levando milhares brasileiros à morte e facilitando o aumento da fome. Com o lockdown, a agricultura familiar sofreu com a falta de apoio do governo federal para subsistência e permanência no campo, tendo então que buscar alternativas de comercialização de seus alimentos e produtos, respeitando as medidas sanitárias. Além da preocupação com a fome, os agricultores e agricultoras da Reforma Agrária tiveram que se reinventar para conseguir comercializar sua produção. Consumidores isolados começaram a procurar outras formas de comprar alimentos saudáveis, já que feiras e outras formas de comercialização onde se aglomeravam foram suspensas nos primeiros meses da pandemia.

Antes de iniciar a discussão em torno da comercialização e produção de alimentos é necessário aprofundar-se na história fundiária do Brasil. O processo de concentração da terra

sob o modo capitalista de produção difere do processo de concentração do capital. Difere porque a concentração da terra é produto do monopólio de uma classe sobre um meio de produção específico, particular, que é a terra (OLIVEIRA, 2007. pg 67). Ainda conforme Oliveira (2007), a Reforma Agrária historicamente aparece no capitalismo como necessidade conjuntural do capital resolver a questão social advinda da concentração das terras. Os entraves foram sempre aqueles que envolveram a natureza das desapropriações, ou seja, a manutenção da propriedade privada da terra e a concentração de terras.

Desta forma, o contexto histórico se relaciona com revoltas camponesas que buscaram modificar e reivindicar a estrutura fundiária do Brasil, e esta revolta envolve os movimentos sociais do campo que até incluem pautas importantes e atuais que julgam acompanhar a Reforma Agrária.

A Reforma Agrária constitui-se, portanto, em um conjunto de ações governamentais realizadas pelos países capitalistas visando modificar a estrutura fundiária de uma região ou de um país todo. Ela é feita através de mudanças na distribuição da propriedade e ou posse da terra e da renda com vista a assegurar melhorias nos ganhos sociais, políticos, culturais, técnicos, econômicos (crescimento da produção agrícola) e de reordenação do território. (OLIVEIRA, 2007. pg 67)

Um dos mais importantes movimentos rurais da América Latina e do mundo teve e têm um grande papel na luta pela terra no Brasil, o MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Em 1981, no Rio Grande do Sul, através de uma manifestação com 15 mil trabalhadores rurais, surgiram os primeiros indícios de um movimento organizado sendo que os protagonistas são os trabalhadores rurais na luta pela Reforma Agrária.

Em 1984, os trabalhadores rurais que protagonizaram essas lutas pela democracia da terra e da sociedade convergem no 1º Encontro Nacional, em Cascavel, no Paraná. Ali, decidem fundar um movimento camponês nacional, o MST, com três objetivos principais: lutar pela terra, lutar pela Reforma Agrária e lutar por mudanças sociais no país (MST, 2022).

Conforme as necessidades dos trabalhadores do campo, o MST pauta, reivindica e discute com a sociedade temas pertinentes à produção e reprodução da vida no campo. Entre essas pautas, atualmente a produção de alimentos limpos está com umas das mais importantes para os movimentos sociais, buscando garantir a saúde da população consumidora, assim como a dos agricultores e agricultoras. Além da produção de alimentos, o MST debate e aprimora as formas em que os alimentos chegam até os consumidores. Essas formas de comercialização de alimentos vêm sendo debatidas dentro das universidades e grupos, coletivos e associações. Segundo Schneider (2021), existe uma falha no nosso sistema

alimentar que tende ao esgotamento dos recursos naturais, restringem alimentos importantes para base alimentar, assim como para as formas de produção, além de ser um risco à saúde pública, trazendo inúmeras doenças e até mesmo uma epidemia. Tais reflexões agroalimentares são uma crescente discussão nos movimentos sociais.

Para Rover & Darolt (2021), diversos produtos foram afetados pela industrialização da agricultura, cujos principais beneficiários são os sistemas de transporte e as formas de distribuição que foram se ampliando cada vez mais com escalas e distância do transporte desses alimentos. Os circuitos curtos de comercialização conseguem reconstruir a identidade entre o alimento, a sociedade e o território. Saber quem produz, onde se produz e como é produzido faz diferença para os consumidores (Schneider, 2021).

A Agroecologia tem sido a melhor ferramenta para discutir com a sociedade a produção limpa de alimentos, sendo boa também para a saúde dos produtores. A estratégia agroecológica, portanto, possui natureza sistêmica e parte da organização comunitária considerando o saber tradicional (indígena, quilombola, faxinalense, etc.), a biodiversidade, o desenho participativo, a melhoria socioeconômica e a sustentabilidade (Oliveira e Cristofolli, 2017).

2. OBJETIVOS

Objetivo geral

Investigar as formas de comercialização dos produtos oriundos da Reforma Agrária, no contexto da pandemia de COVID-19.

Objetivos específicos

- Discutir sobre a importância da Reforma Agrária no abastecimento de alimentos para a população brasileira;
- Caracterizar os principais produtos e os canais de comercialização acessados pelas famílias beneficiárias da Reforma Agrária nos períodos anteriores e posteriores às restrições advindas da pandemia de COVID-19;
- Identificar as adaptações nas estratégias de comercialização em função da pandemia;
- Identificar as principais dificuldades e facilidades em relação à comercialização em função da pandemia.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 *Questão agrária brasileira*

A luta pela terra historicamente reivindicada pelos movimentos populares é legítima em função da má distribuição de terras no Brasil, desde as invasões de territórios indígenas pelos portugueses ao chegarem ao Brasil e também pela situação de negras e negros africanos, após o sequestro dos mesmos, traficados ao Brasil, e a promessa de uma vida melhor após a “abolição”. Esta situação reflete a predominância racista e dos interesses da maioria dominante no Brasil, um país em que a maior concentração de terras está nas mãos de uma minoria da população e que a maioria do povo brasileiro necessita reivindicar uma legítima distribuição de terra para produção e reprodução da vida, desde os povos originários, a população ribeirinha, as famílias camponesas, bem como os trabalhadores e trabalhadoras das periferias das cidades.

Para entender este processo é necessário um pequeno resgate histórico da ocupação e distribuição das terras brasileiras, com alguns saltos, mas com destaque para elementos que nos permitam compreender a importância e a necessidade da Reforma Agrária no país.

A primeira apropriação indevida das terras brasileiras se dá com a formação das Capitânicas Hereditárias (entre 1534 e 1536), que eram grandes faixas de terras do litoral ao interior e até a linha imaginária de Tordesilhas, em que os donatários deveriam povoá-las em nome da Coroa, além de pregar a fé cristã. Em troca, eles teriam direitos aos indígenas aprisionados e estariam livres dos tributos na venda do pau-brasil e de escravos.

Este processo interferiu diretamente na distribuição da terra no Brasil, de forma desigual, autoritária e violenta. Conforme Jahnel (2017), dentro da distribuição surge a necessidade de criação de órgão e grupos com relação ao uso de terras como por exemplo: INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, FUNAI - Fundação Nacional do Índio, etc. Ainda conforme Jahnel (2017), a política de terras governamentais sempre teve caráter imediatista, atendendo somente o sistema político vigente. Entretanto, as forças que comandam o processo, que era um regime dominante, desenvolveram outras formas de distribuição de terra, a da unidade de produção.

Jahnel (op.cit.) observou que, como resultado, temos hoje uma malha fundiária altamente concentradora, com o predomínio de grandes propriedades.

A primeira lei que regulamentou a apropriação das terras brasileiras foi o regime de doações de terras pelas sesmarias, inspirada na legislação do Império Romano. A Lei das

Sesmaria foi aprovada em Portugal no ano de 1375, e estabelecia a praxe da concessão de terras a particulares, objetivando a efetiva ocupação de novos territórios (JAHNEL, p. 105, 2017). Ainda de acordo com Janel (2017), o regime de doações de terras com base na Lei das Sesmaria é introduzido oficialmente no Brasil em 1534 com a constituição das Capitania Hereditária, visando o povoamento, a ocupação e, principalmente, a defesa das terras brasileiras, devido às tentativas de invasões.

Houve um fracasso nas capitania e, segundo Gassen (1994), não atendendo os interesses da coroa portuguesa, tomou-se uma decisão perceptível no Regulamento de 17 de dezembro de 1548, instituindo no Brasil um governo geral. O que se tornou um importante marco, visto que a partir daí a antiga Lei de Sesmaria de D. Fernando sofre profundas transformações no que concerne, principalmente, à sua aplicabilidade.

As terras das Capitania foram recebidas em doação por donatários que gozavam de grandes regalia e poderes quase soberanos, além de distribuir as terras como mandava a lei, nomear autoridades administrativas e juizes, receber taxas e impostos (JAHNEL, 2017, p.106).

Stedile (2012) identifica que a história do regime territorial no Brasil colonial permite aferir como a instituição portuguesa da sesmaria foi moldada aos interesses dos senhores de escravos, mesmo quando, sob certos aspectos, estes se opunham à orientação do governo metropolitano.

Segundo Mitsue (2000), os sesmeiros tinham direito de posse, entretanto o domínio era da coroa portuguesa, e não havendo produção agropecuária, teriam que devolver a propriedade ao rei. Ainda conforme a autora, as terras não poderiam ser propriedades de pessoas não brancas. Assim, hereges, negros, índios, mouros e judeus não receberiam terras no Brasil.

Por fim, a Lei de 15 de novembro de 1831, no art. 51, § 3.º, declarou abolidos os foros de sesmaria (CLIB, 1831 *apud* STEDILE, 2012 p. 194.).

Em meados do século XIX, a luta pela liberdade dos negros e negras escravizados era crescente nas mais importantes cidades brasileiras e muitos/as deles/as fugiram para os quilombos. Quando a coroa portuguesa percebeu que seria inevitável o fim da escravatura, diante de um possível confronto de terras que poderia se dar principalmente no sudeste cafeeiro, a monarquia restringe o direito de posse, para que assim, ex-escravos, brasileiros pobres, posseiros e imigrantes não pudessem se tornar proprietários de terras, entretanto, constituiriam a mão de obra que seria necessária para os novos latifundiários.

É neste contexto que surge a Lei de Terras, em 1850. Devido a esta lei, apenas poderia ter direito à posse quem comprasse legalmente ou legalizasse as áreas em cartórios pagando uma taxa para a Coroa. Para Mitsue (2001), a Lei de Terras significou o casamento entre o capital e a propriedade de terras. Sendo assim, a terra se transformou em uma mercadoria à qual somente ricos teriam acesso.

Para Fernandes (1999), a Lei de Terras de 1850 intensificou o cerco às terras, bem como a grilagem e a expropriação dos posseiros. Desse modo, o latifúndio - marca do Brasil colônia, do Brasil monárquico - tornou-se e mantém-se até hoje, como marca também do Brasil República. E para Mitsue (2001), com a Lei da Terra nem uns nem outros teriam acesso à terra, que permaneceram concentrada nas mãos de latifundiários de sempre e seus futuros herdeiros. Ainda para a autora, era exatamente o que os poderosos da terra queriam, em contrapartida para a abolição, pois na verdade a lei garantia a propriedade para aqueles que já usufruíram dela.

O golpe militar de 1964, além da violência e autoritarismo, mais uma vez mudou o curso da questão do território agrícola no Brasil. Com perseguição aos trabalhadores/as do campo, dizimou vários movimentos camponeses, e criou-se o Estatuto da Terra como instrumento de resolver isoladamente os conflitos fundiários para desmobilizar os camponeses. Para Fernandes (2000), o objetivo era evitar que a questão agrária se transformasse em um problema nacional. Na pretensão de ter controle sobre a questão agrária, o governo planejava utilizar o Estatuto da Terra conforme sua concepção de Reforma Agrária, em que se planeja a tributação de terras e projetos de colonização, sendo que a desapropriação era uma exceção.

A ação foi de interesse da burguesia: grandes latifundiários e empresários deram apoio aos militares na perseguição e na retirada dos camponeses da discussão sobre o uso da terra. Dentro do período militar, esta foi considerada a época (final 1964 a 1985) que se teve maior êxodo rural, fome e miséria no país.

A Lei nº 4.504 de 30 de novembro de 1964 dispõe sobre o Estatuto da Terra e, conforme o Art. 1º, esta Lei regula os direitos e obrigações concernentes aos bens imóveis rurais, para os fins de execução da Reforma Agrária e promoção da Política Agrícola (BRASIL, 1964).

Essa lei previa desapropriação dos latifúndios em caso de tensão social, estabelecia que a propriedade deveria cumprir uma função social e definia o que isso significava, bem como regulava as relações de arrendamento e parceria, tradicional foco de tensão no meio rural brasileiro (GRISA;SCHNEIDER, 2015. p. 343).

Para Fernandez e colaboradores (2012), temendo a sua utilização por parte dos camponeses, os ruralistas no Congresso articularam para alterar a linguagem e os objetivos do Estatuto da Terra, de modo que o apoio estatal ficou restrito à modernização da agricultura de larga escala, consolidando a agroindústria nacional.

Acreditando poder administrar sua execução, a ditadura impulsionou o Estatuto da Terra, até hoje o mais eficaz instrumento para desapropriação de terras para fins de Reforma Agrária, ainda que a obrigatoriedade da indenização constitucional dos latifúndios desapropriados constitua, nos fatos, adiantamento da renda fundiária, a custa dos recursos nacionais e, portanto, forte entrave à democratização da posse da terra e à expansão econômica geral. (STEDILE, p.273, 2012).

Conforme Jahnel (2017), o fato é que o Estatuto proclama e consagra a propriedade empresarial, isto é, fundamentalmente capitalista. É a empresa rural a categoria definida como ideal, tanto no que diz respeito a sua dimensão, como também quanto à sua forma de produção e de exploração.

3.2 Reforma Agrária

Reforma Agrária é um conjunto de medidas que visa a distribuição de terras de forma justa e igualitária, que altera o regime de uso de propriedade garantindo a maior parte das terras agricultáveis nas mãos do maior número de trabalhadores/as rurais. Reforma Agrária é um programa de governo que busca democratizar a propriedade da terra na sociedade e garantir o seu acesso, distribuindo-a a todos que a quiserem produzir e dela usufruir (STEDILE, 2012, p.657).

Para Gasparin (2021), a Reforma Agrária defendida pelos movimentos sociais do campo, entre eles o MST, tem como centralidade: produzir alimentos, eliminar a fome, superar o ciclo de dependência do mercado capitalista e assegurar a produção da maioria dos alimentos, construindo assim soberania alimentar e autonomia camponesa.

Para Leite (2012), com os assentamentos, ganham projeção também os seus sujeitos diretos, isto é, os assentados rurais, bem como os movimentos e as organizações que, em boa parte dos casos, garantiram o apoio necessário para que o esforço despendido ao longo de lutas as mais diversas resultasse na constituição de projetos de Reforma Agrária, também conhecidos como assentamentos rurais.

Ainda segundo Leite, a Reforma Agrária é uma forma de democratizar o acesso à terra:

Assim, são válidas e legítimas as lutas de trabalhadores que, tendo sua última moradia e/ou local de trabalho no meio rural, passam a se engajar nos movimentos pela democratização da terra, como são igualmente válidas as reivindicações de trabalhadores oriundos do meio urbano (metropolitano ou não), muitas vezes com um trajetória anterior no meio rural, que buscam a (re)conversão aos espaços proporcionados pela Reforma Agrária. (Leite, 2012, p. 110).

Ao falarmos sobre os processos da luta pela Reforma Agrária no Brasil é importante elencar alguns países que já fizeram uma organização fundiária via Reforma Agrária.

Crysthian & Sardagna (2002) apontam que nos Estados Unidos o processo de Reforma Agrária ocorreu desde a sua fundação com o objetivo, naquela época, da organização do país sobre a pequena propriedade.

México, Cuba, Nicarágua e Bolívia fizeram, efetivamente, suas Reformas Agrárias sob regimes revolucionários, mas Chile, Venezuela, Equador, Porto Rico, Brasil e Guatemala fizeram reformas agrárias dentro de regimes democráticos (GUANZIROLI, 2002).

O processo de Reforma Agrária da França teve como marco inicial a Revolução Francesa de 1789. Antes de tal data, as terras do território francês estavam concentradas nas mãos de uma oligarquia dominante (CRYSTHIAN; SARDAGNA, 2002, p. 232).

Em relação ao processo de concentração fundiária Filho diz:

Frente a esse processo de concentração fundiária e homogeneização da paisagem agrícola, encontramos em Marinaleda um processo de luta pela posse da terra e, conseqüentemente, pela Reforma Agrária, um simbólico processo de desconcentração fundiária e a implementação de um sistema cooperativista, os quais ocorrem por turnos de trabalho diários e semanais, a fim de empregar o maior número de trabalhadores do povoado. (Filho, 2014).

O sucesso da Reforma Agrária japonesa em 1947 se deveu ao pagamento de indenizações irrisórias aos ex-proprietários, o que foi fundamental para a desapropriação de um terço da área agrícola do Japão em apenas 21 meses, beneficiando quatro milhões de famílias (VEIGA,1991 apud LEITE, 2007, p. 786).

3.3 Luta pela terra no Brasil e o MST

Como mencionado anteriormente, os processos da luta pela terra no Brasil foram violentos, e a luta pela terra se fez necessária diante da expulsão dos povos originários e populações tradicionais de suas terras.

As terras indígenas e as terras ocupadas pelos posseiros eram invadidas pelos grileiros. Indígenas e posseiros sempre migraram, tentando se distanciar da cerca e do cerco

da capital. Aos que resistiam, restava o enfrentamento com os jagunços dos fazendeiros-grileiros (LEITE, 1998 *apud* FERNANDEZ., 2000, p.25).

Os europeus começaram a chegar, alguns até expulsos de suas terras de trabalho, e assim, a terra começava a ser cercada por coronéis, latifundiários e grileiros a tal ponto que os escravos abandonaram suas terras vagando por estradas ou acampando.

Desde as lutas de resistência dos indígenas nativos contra o cativeiro da terra, a exploração, a espoliação (desde o século XVI), as lutas messiânicas (final do século XIX e começo do século XX), ao cangaço (século XX); das Ligas Camponesas, que se envolveram numa luta de resistência à expropriação e ao assalariamento forçado (nos anos 1945 a 1960), com a participação do Partido Comunista Brasileiro (PCB), de setores progressistas da Igreja Católica (CEBs, CPT, já nos anos 1975), ao MST (a partir de 1980), a luta nunca cessou, em nenhum momento. (JÚNIOR, 2012 ,p. 02).

A luta pela terra pelas mãos dos trabalhadores/as foi um importante marco na história dos camponeses, em que surge o movimento de luta pela terra que viria a se tornar o maior do mundo: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST.

A luta pela Reforma Agrária ganhou força com o advento das organizações políticas camponesas, principalmente, desde a década de cinquenta do século XX. Todavia, a luta pela terra é uma política que se vincula às disputas contra o latifúndio (FERNANDES (2006) *apud* JÚNIOR., 2010, p. 02).

Segundo Mitsue (2001), a semente do MST foi plantada no fim da década de 1970, em plena ditadura militar, na ocupação da Fazenda Macali, em Ronda Alta, no Rio Grande do Sul. Ainda conforme a autora, esse espaço foi aberto pela Comissão Pastoral da Terra - CPT, sem a qual, em anos de ditadura, o Movimento não teria nascido ou talvez demoraria ainda muito tempo para surgir.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra surgiu após algumas ocupações pontuais que foram feitas ao longo dos anos até chegar a criação efetiva, em 1984, ao se consolidar em um movimento nacional, símbolo da luta pela terra. As ocupações na gênese do MST foram: Rio Grande do Sul (outubro de 1980); Santa Catarina (Novembro de 1980); Paraná (1982); Mato Grosso do Sul (1983); São Paulo (1980). Segundo Mitsue (2001), essas ocupações quase que simultaneamente, fizeram que se tornasse um movimento coeso em torno de seus propósitos, a partir de diversos eventos que reuniram suas lideranças e apoios.

Em 1984, os trabalhadores rurais que protagonizaram essas lutas pela democracia da terra e da sociedade convergem no 1º Encontro Nacional, em Cascavel, no Paraná. Ali,

decidem fundar um movimento camponês nacional, o MST, com três objetivos principais: lutar pela terra, lutar pela Reforma Agrária e lutar por mudanças sociais no país (MST, 2022).

O 1º Encontro Nacional contou com a presença de 12 estados: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Mato Grosso do Sul, Espírito Santo, Bahia, Pará, Goiás, Rondônia, Acre e Roraima. O Encontro teve como objetivo apresentar as lutas desenvolvidas até aquele momento e as políticas dos governos estaduais e federais frente às reivindicações. Este momento teve importância por possibilitar uma análise das diferentes realidades camponesas com os presentes. Possibilitou também uma autocrítica da organização que vinha se formando, possibilitando alinhar novas lutas. Naquele momento, foi lida uma carta pelo Bispo de Chapecó, D. José Gomes, então presidente da CPT, que mencionava o apoio ao movimento que ali vinha se formando, símbolo da luta pela Reforma Agrária. Segundo Mitsue (2001), a expressão trabalhadores rurais foi incluída para que ficasse explícito que era um movimento de agricultores que trabalhavam na agricultura. Ainda segundo a autora, a expressão Sem Terra apareceu inicialmente na constituinte de 1946, quando se colocou em pauta pela primeira vez a atual necessidade de uma Reforma Agrária. Entretanto, a expressão popularizou com a mídia, ao se referir, de forma pejorativa, aos militantes que lutavam pela terra na década de 1970.

Uma das formas de tomada de decisão do Movimento é o Congresso Nacional, evento político, estratégico e organizacional onde todos os militantes que integram o MST (assentados, acampados, parceiros), de todas as regiões do Brasil, e alguns convidados internacionalistas, denominados como delegadas/os, se reúnem para discutir conjuntura política do Brasil e os rumos do movimento para os anos seguintes. Em cada Congresso é decidido coletivamente a nova palavra de ordem que afirma os pilares da luta dos trabalhadores/as Sem Terras no referido período histórico. As decisões tomadas nos Congressos são passadas para os estados e municípios, até chegar nas bases (áreas organizadas pelo MST) as vias das articulações decidida pelos mesmos.

O primeiro Congresso Nacional do MST foi em 1985, um ano após a criação do Movimento, em janeiro daquele ano. Aconteceu em Curitiba-PR, com a presença de 1.600 delegados/as. O marco deste Congresso foi o final da ditadura, no governo de Tancredo Neves. Entre as decisões, se destaca a de não fazer pacto com governo e que a Reforma Agrária só avançaria com ocupações e uma luta em massa. Surge então, a primeira palavra de ordem forjada coletivamente em um Congresso: “**Ocupação é a única solução**”.

Cabe mencionar que a ocupação não é invasão. Segundo Mitsue (2001), a imprensa usa a palavra invasão em vez de ocupação para designar a entrada e o acampamento

sem-terra dentro de uma fazenda. É necessário elucidar que as ocupações do MST são feitas em: terra grilada, latifúndio por exploração, fazenda improdutiva ou área devoluta. Segundo o jurista Fábio Comparato, citado por Mitsue (2001), existem profundas diferenças entre invadir e ocupar. Invadir significa um ato de força para tomar alguma coisa de alguém em proveito particular. Ocupar significa, simplesmente, preencher um espaço vazio - no caso em questão, terras que não cumprem a função social - e fazer pressão social coletiva para a aplicação da lei e a desapropriação da mesma (SILVA, .p.114-123 *apud* MITSUE, 2001 p.132).

Com a expansão do MST pelo Brasil, cresce também o número de ocupações, além do compromisso com a sociedade na luta política no Brasil através de mobilizações diversas. No final de 1985, o movimento já somava 11.665 famílias acampadas em 11 estados brasileiros.

Cinco anos após o 1º Congresso, acontece o 2º Congresso Nacional do MST, de 8 a 10 de maio de 1990, em Brasília, com a participação de 5 mil delegados dos 19 estados em que o MST estava organizado até aquele momento. O Movimento encontrou dificuldades, pois naquele momento existia uma grande repressão aos movimentos sociais, principalmente do campo, em que se deu a origem ao segundo lema de luta: “**Ocupar, Resistir, Produzir**”. As ocupações de terras foram reafirmadas como o principal instrumento de luta pela Reforma Agrária (MST, 2022).

Um marco da democracia brasileira foi a criação da Constituição da República Federativa do Brasil em 1988 que transitou de um regime militar (1964-1985) autoritário para um regime democrático (1985 - atual momento).

Para Souza (2001), a Constituição de 1988 traçou uma ordem institucional e federativa diferente da anterior. Direcionada para a legitimação da democracia, os constituintes de 88 buscaram duas principais estratégias para construí-la: a abertura para a participação popular e o compromisso com a descentralização tributária para estados e municípios.

Em fevereiro de 1993 surge uma nova lei agrária (LEI N° 8.629), que regulamenta a desapropriação de terras para fins de Reforma Agrária. Para Mitsue (2001), esta lei apresenta alguns avanços, entre elas: i) realocar a função social da propriedade da terra como critério de desapropriação; ii) determina que nenhuma propriedade abaixo de 300 hectares poderia ser desapropriada; iii) o pagamento de benfeitorias deverá ser feito em dinheiro à vista; iv) os títulos dos assentados seriam de concessão de uso individual ou coletiva por 10 anos, sendo proibida a venda e o arrendamento; v) estabelece o critério de utilização de terra que

caracteriza uma propriedade produtiva; vi) e a garantia que as famílias assentadas em suas regiões de moradia.

Em julho de 1995 ocorreu o 3º Congresso Nacional do MST, com a presença de 5.226 delegados e 22 entidades internacionais amigas do movimento (América Latina, Estados Unidos e Europa), sob a reivindicação “**Reforma Agrária: uma luta de todos**”, frente a proposta não cumprida do presidente da época, Fernando Henrique Cardoso. De acordo com MST (2022), a retirada de subsídios e assistência técnica, além da subordinação da agricultura ao mercado internacional, em 1990 resultou no abandono da agricultura familiar pelo Estado.

É importante lembrar que a luta pela terra foi violenta e criminalizada por anos, e entre os principais ataques aos trabalhadores do campo, tivemos um desastre que marcou a trajetória do MST. Ainda em 1995, no interior do estado do Pará, cerca de 2 mil trabalhadores acamparam às margens da rodovia PA-275, já visando a fazenda Macaxeira, e após cinco meses de espera sem solução as famílias decidiram então ocupá-la. Em um jogo cruel, o fazendeiro entregou ao governo do Pará uma lista com 19 nomes de militantes, o mesmo tempo, o governo promete ajuda aos trabalhadores com a promessa de enviar alimentos às famílias acampadas. Com duas semanas de espera, as famílias não tinham outra alternativa a não ser cobrar o Estado, sendo decidido em assembleia pelos trabalhadores e trabalhadoras caminhar até a capital Belém, a quase 800 quilômetros de onde se encontravam, para cobrar a promessa. Em 16 de abril, as famílias que marchavam decidiram parar próximo a Eldorado dos Carajás para resolver o problema maior naquele momento, a fome. E assim, como maneira popular de pressionar, bloquearam a rodovia para cobrar o que foi prometido. Com a promessa feita pelo Major Oliveira, da Polícia Militar, de que estaria viabilizando ônibus e comida para as famílias, os Sem Terra desbloquearam o trânsito, acampando na beira da estrada como era de costume, e numa decisão criminoso, o governador do estado, juntamente com o superintendente do INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária e o presidente do INTERPA (Instituto de Terras do Pará), determina que os Sem Terras deveriam ser removidos a qualquer custo. No dia 17 de Abril de 1995, às 16 horas, os trabalhadores ouviram ruídos na estrada, e com a ilusão de que seriam os alimentos que os prometeram, se depararam com 155 policiais fortemente armados a mando do governador, em uma ação covarde. Entre eles, jagunços contratados pelo fazendeiro, vestidos de militares, atuaram sob a confirmação do estado. Neste momento, Amâncio Rodrigues Silva, o “Surdinho”, foi executado com um tiro na cabeça após levar um tiro no pé e estar caído no chão, dando início à revolta dos trabalhadores que se defendiam com o que tinham, perante a covardia do

ataque. Os policiais, sem identificação no uniforme, dispararam tiros contra as famílias, o que resultou na execução de trabalhadores Sem Terra, totalizando 19 mortes, 69 feridos e 7 desaparecidos. Após dois anos do massacre do Eldorado dos Carajás, em 17 de Fevereiro de 1997, o Movimento Sem Terra marcha rumo a Brasília em memória das famílias executadas em 17¹ de Abril de 1995, exigindo “**Emprego, Justiça e Reforma Agrária**”.

Uma das colunas, com integrantes dos estados do sul e São Paulo, partiu da capital paulista com 600 pessoas. Outra, com o pessoal de Minas, Espírito Santo, Rio e Bahia, saiu de Governador Valadares (MG) com 400 integrantes. A terceira coluna, com militantes de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rondônia, Goiás e Distrito Federal, partiu de Rondonópolis (MT) com 300 pessoas. O percurso de cada coluna foi de cerca de 1.000 km. (MST, 2022.)

O Massacre de Eldorado dos Carajás segue sendo um episódio marcante na luta pela terra e, sob sangue, reafirma a necessidade da continuidade da luta do MST, reforçando a necessidade do compromisso do Estado de garantir terra e direitos básicos à toda população, do campo e das cidades.

Na sequência das lutas e organização, o 4º Congresso Nacional do MST ocorreu em agosto de 2000, no Ginásio Nilson Nelson em Brasília, com a presença de 11 mil delegados, tendo por lema: “**Reforma Agrária: por um Brasil sem latifúndio**”.

O 5º Congresso Nacional ocorreu em junho de 2007, com mais de 17.500 delegados e delegadas, vindos de todas as regiões do Brasil, novamente em Brasília, se tornando histórico por ter sido o maior congresso camponês da América Latina até então. O lema do 5º Congresso foi: “**Reforma Agrária, por Justiça Social e Soberania Popular**”, representando os novos desafios do momento, trazendo a Reforma Agrária como solução contra fome, desemprego e violência.

Por fim, o 6º e, até então, último Congresso Nacional ocorreu em 2014, entre os dias 10 a 14 de fevereiro, em Brasília, com a presença de 16 mil pessoas, com o lema “**Lutar, Construir Reforma Agrária Popular**”.

A partir do 5º Congresso Nacional do MST, o Movimento percebeu que precisava mudar os moldes dos assentamentos, os mesmos passou a compreender o modelo capitalista que a agricultura convencional brasileira se organizava, com base em grandes empresas e nos latifúndios, utilizando maquinários, agrotóxicos, prejudicando diretamente à saúde dos trabalhadores/as e de quem consome os alimentos contaminados, além dos danos ao solo e à

¹ O dia 17 de Abril tornou-se o Dia Internacional de Luta Camponesa em todo país em memória do massacre de Eldorado de Carajás, um iniciativa da Via Campesina, organização internacional dos agricultores rurais. (Mitsue e, 2001, p.159).

natureza. Passou-se então a articular uma nova proposta de assentamentos para que não se inclui-se os mesmos formato da agricultura convencional burguesa no que até hoje virou uma das principais pautas do Movimento, agricultura limpa e agroecológica promovendo saúde tados(as). Além de haver uma nova força política e econômica, que para Martins e colaboradores (2021), fez com que se construísse uma nova força política no campo: a empresa rural capitalista, associada aos interesses das empresas transnacionais. Diante do cenário de avanço do agronegócio sobre a agricultura, o MST percebeu que era necessário aprimorar os seus modelos de assentamento, antes centrados apenas na questão do trabalho e produção, deixando em segundo plano outros aspectos da vida (BORSATTO; CARMO, 2013 apud Vilhena; Ferreira, 2020, p. 206).

Para o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o modelo de Reforma Agrária clássica não atendia os interesses dos trabalhadores/as por completo, por mais que houvesse uma democratização na utilização das terras, o mesmo não tinha espaço para comercialização de seus produtos dentro do modelo neoliberal de produção de alimentos que só atendia grandes produtores latifundiários, produtores de *commodities*² e não de alimentos.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) considera a Reforma Agrária clássica esgotada “pelas elites brasileiras que aderiram ao neoliberalismo, um modelo dominado pelo capital financeiro e internacional”, e está propondo ao governo um plano de médio e longo prazo para a agricultura brasileira e um novo tipo de Reforma Agrária. (MST, 2007).

Para Stédile (2020), as experiências da Reforma Agrária Clássica foram massivas e amplas, estabelecendo um limite máximo de propriedade rural e desapropriando todas as fazendas acima desse limite. Em contrapartida, distribuem e atendem as famílias camponesas que querem trabalhar nelas.

O conceito de Reforma Agrária Popular começa a surgir quando o Movimento compreende que vai além do acesso à terra. Para Martins (2021), a luta pela terra não se dá mais apenas no campo ou nos espaços governamentais/institucionais, no âmbito do aparelho do Estado brasileiro, mas exige uma efetiva participação da sociedade e uma diversificação dos espaços, pois implica também na soberania da população que produz através de outras ferramentas, como a Agroecologia, além do acesso à terra aos demais povos expulsos de suas terras como quilombolas, indígenas e os protetores das águas, os ribeirinhos:

² Commodities são produtos de origem agropecuária ou de extração mineral, em estado bruto ou pequeno grau de industrialização, produzidos em larga escala e destinados ao comércio externo. Seus preços são determinados pela oferta e procura internacional da mercadoria. No Brasil, as principais commodities são o café, a soja, o trigo e o petróleo. (Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), 2022)

É necessário trazer perante a sociedade a justeza desta luta diante das enormes desigualdades sociais, o que demanda o fortalecimento das articulações com os diversos segmentos que fazem esta luta e com a sociedade de modo geral – com os quilombolas, povos indígenas, pescadores, posseiros, pequenos agricultores e tantos outros, para a luta direta, enfrentando o crescente processo de concentração de terras e as expropriações dos povos de seus territórios. (Martins *et.al* , 2021, p. 639).

Quando o MST vai se direcionando à uma produção de base agroecológica, compreende-se também que é preciso traçar novos caminhos para que os/as agricultores/as tenham mais do que subsistência nos assentamentos, estabelecendo novas formas de cooperar e comercializar dentro do modelo econômico em que se insere.

Para Görger (2012), à medida que surgem novos formatos de sistemas produtivos, existe mais trabalho e necessidade de envolver mais pessoas, tanto nas comunidades camponesas quanto nas urbanas. Existindo mais trabalho, é necessário também organizar novos sistemas agroindustriais flexíveis e descentralizados com circuitos comerciais e adequados à localização da população.

De acordo com Canuto (2012), muito além da conquista da terra, o desafio é sobreviver nela. O mesmo aponta que a produção e a comercialização da agricultura familiar passaram a ter destaque especial, mas não qualquer produção, pois o meio ambiente tem de ser respeitado e a produção precisa ser saudável. E também não há qualquer comercialização que seja simplesmente uma versão reduzida em escala dos moldes do mercado convencional.

3.4 Importância da Comercialização na Reforma Agrária

Os modos de produção que se estabeleceram após o século XX favorecem os grandes produtores, que conseguem financiar sua comercialização ou se favorecem de políticas públicas que são destinadas às grandes produções. A expansão desses mercados é uma das condições para que a promoção da pequena e da média produção de base familiar não ocorra, à custa da exclusão de grande parte dos produtores, num fenômeno que se denominou “armadilha da modernização” (MALUF, 2002 p. 302). Para Maluf (2004), pensar na promoção de alimentos dos pequenos produtores se faz necessário para promover uma equidade e inclusão social, simultaneamente a uma maior e mais diversificada oferta de alimentos à população, produzidos sob formas sustentáveis.

Vale dizer, a agricultura de base familiar torna-se a vítima da receita comumente formulada para sua redenção. Esse é um fenômeno mais geral que se acirra num contexto de restrição de mercado por razões de insuficiência de renda ou de

crescimento lento da demanda. Além da expansão da demanda, outros dois instrumentos que contribuem para enfrentar a referida armadilha são a adoção de formas adequadas de apoio (sobretudo no crédito) e a existência de mecanismos compensatórios das desvantagens dos pequenos empreendimentos no acesso aos recursos (terra, dentre outros) e na concorrência com os agentes econômicos de grande porte. (MALUF, 2004, p. 302)

Dentro desta narrativa, pequenos produtores, principalmente oriundos da Reforma Agrária, se organizam de diferentes formas para oferecer seus produtos. Segundo Cardozo e colaboradores (2018), a Reforma Agrária e os assentamentos rurais, quando organizados de forma a promover a cooperação e solidariedade, assemelham-se ao modelo econômico solidário, visando garantir o labor para todos os trabalhadores rurais sem-terra³, garantir o bem-estar social e a melhoria das condições de vida de maneira igualitária para todos e todas, além de buscar permanentemente a justiça social. E um dos maiores desafios dentro dos assentamentos da Reforma Agrária é a comercialização de alimentos organizada no coletivo.

Ao pensar na qualidade de produção e de vida das famílias agricultoras, é necessário repensar também os modos de produção, que ao longo dos anos as deixaram “refêns” de insumos químicos sintéticos para atender a demanda e a necessidade dos consumidores. Para o MST, além de pensar no acesso à terra, precisa-se também pensar nas estratégias de produção sustentáveis e de comercialização para o escoamento das produções. Para Alves e colaboradores (2021), compreender o jeito como os agricultores enfrentam obstáculos é importante para fortalecer essas estratégias e alternativas de comercialização buscadas por esses sujeitos. Dentro dessas alternativas, temos conceitos de circuitos de comercialização até a chegada ao consumidor final.

Uma das características na comercialização está relacionada aos circuitos que percorrem os alimentos até chegarem aos consumidores finais. Marsden e colaboradores (2000) afirmam que a chave das cadeias de abastecimento curtas é a sua capacidade de ressocializar ou espacializar os alimentos, permitindo assim que o consumidor faça julgamentos de valor sobre a conveniência relativa dos alimentos com base em seu próprio conhecimento, experiência ou imagem percebida. Ainda para os autores, os alimentos produzidos e comercializados por região serão consumidos neste próprio espaço geográfico, o que possibilita aproveitar melhor a imagem da região. Assim, se caracterizam cadeias de abastecimentos “curtas”, que favorecem tanto o agricultor quanto o consumidor. Para o agricultor é benéfico pois ele consegue juntar as ofertas e demandas, e o consumidor pode

³ Sem Terra corresponde a sujeitos a um movimento político, no caso militantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra que lutam pela Reforma Agrária. Sem-terra referente aquele que não possui terras, uma propriedade, em geral.

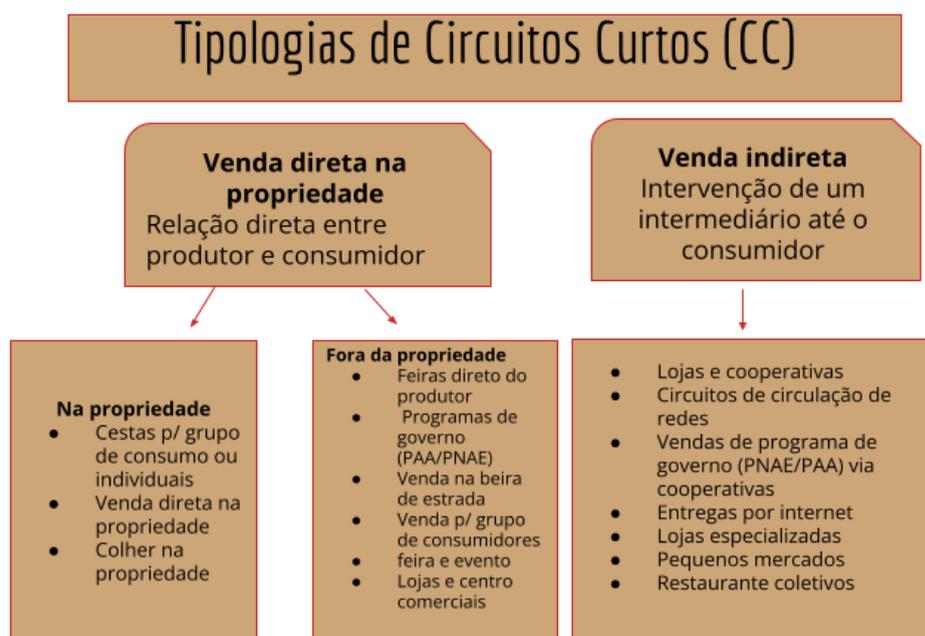
identificar a origem do seu produto. Essa proximidade pode expressar-se ou ser analisada por três distintas dimensões, a saber: a proximidade espacial (ou geográfica), a relacional e a informacional (ou espacialmente estendida) (ROVER; PUGAS; SOUZA, 2021 p. 382).

As redes alimentares alternativas são muito diversas e privilegiam os circuitos curtos (CC) de comercialização como feiras do produtor, entrega de cestas, pequenas lojas de produtores, venda na propriedade ligada ao agroturismo, venda institucional para alimentação escolar, entre outras formas de venda direta (DAROLT *et.al*, 2016).

Existem tipologias de circuitos de comercialização que foram definidas por Darolt (2016), que define circuitos de venda direta e venda indireta, como apresentado na figura 01. Para Mardsn e colaboradores (2000) citado por Darolt e Rover (2021), dentro das vendas indiretas podemos encontrar “circuitos espacialmente estendidos”, quando a distância é ampliada e a certificação se torna fundamental para garantir a procedência.

Os circuitos curtos de alimentação são uma forma de distribuição muito antiga, ainda que desde o desenvolvimento do comércio se observe a presença de intermediários entre produtores agrícolas e consumidores (AUBRY & CHIFFOLEAU, 2009).

Figura 01: Esquema das tipologias dos circuitos curtos de comercialização apresentados por Darolt & Rover (2021).



Fonte: Adaptado a partir de Darolt & Rover (2021).

Além dos Circuitos Curtos-CC, é necessário também contextualizar os sistemas agroalimentares convencionais, que, de acordo com Darolt e Rover (2021), são canais de vendas e relação com intermediários que envolvem circuitos longos, com um maior número de intermediários e atravessadores, em geral, não fornecem informações, principalmente nas embalagens, da origem da matéria prima do produto (seja *in natura* ou processado). Para Schneider e Gazolla (2017), cadeias longas fazem com que as interações entre produtores e consumidores sejam quase inexistentes, pois esses alimentos acabam se tornando produtos de uma indústria ou de supermercados, vendidos com nomes fantasia. Ainda para os autores acima citados, as cadeias agroalimentares longas tendem a romper os elos diretos entre produção e consumo, entre o agente que produz e o indivíduo que consome. Um produto dentro desta categoria tende a perder sua identidade, e também sua procedência, pois a medida que o sistema agroalimentar se internacionaliza, os alimentos deixam de se vincular à terra e ao ambiente local de produção, sendo transplantados para as áreas mais competitivas (SCHNEIDER & GAZOLLA., 2017, p 10-11).

Ainda sobre a Reforma Agrária e a comercialização de alimentos podemos elencar alguns canais importantes e recorrentes de acesso à comercialização aos agricultores: as feiras.

As feiras livres são um importante espaço de comercialização dos produtos do campesinato, e constituem-se como um ambiente de socialização, identidade regional e cultural e também de articulação política. Nesse devir, pode-se inferir que estas contribuem para a construção de uma agroecologia plena, como indicado por Biase (2010), ao reconhecer a tríade: ecológica, sociológica e agrônômica. (PEREIRA *et al.* 2017 *apud* SIQUEIRA; FERREIRA 2021, p.2).

O Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, desde o início da luta pela terra, preza pela cooperação, e dentro desse princípio formaram-se cooperativas em alguns assentamentos, bem como a criação de marcas comerciais que dialogam com a sociedade e possibilitam o escoamento dos produtos da Reforma Agrária. Além desta ferramenta, as feiras municipais, estaduais e nacionais vêm dialogando e viabilizando os produtos com a

bandeira do Movimento Sem Terra, além da criação da Rede Armazém do Campo⁴ em diversas cidades brasileiras, o que possibilita inclusive comercializar alimentos orgânicos saudáveis de outras organizações da região.

Em um dos exemplos da importância dessas feiras para o movimento social, Siqueira e Ferreira (2017) constataram que a feira da Reforma Agrária é um espaço fundamental para promover a comercialização de produtos diversos, sejam *in natura* ou agroindustrializados, produtos agroecológicos de qualidade, comercializados com preços justos para a população da cidade.

Outro canal de comercialização importante para os agricultores é o de mercados institucionais, em que os mais acessados são o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA),⁵ que para Sambuichi e colaboradores (2014) vêm mostrando na prática o poder que os mercados institucionais têm para promover mudanças no sentido da sustentabilidade e autonomia. Por meio das compras públicas, o governo pode usar a força do mercado para incentivar estratégias de produção mais sustentáveis do ponto de vista social e ambiental, como vem acontecendo no caso destes dois programas, além de fortalecer o escoamento das produções.

De acordo com Mendes e Padilha Jr. (2007), “a comercialização é um processo dinâmico e bastante complexo”, que engloba a produção agrícola do local de produção até o consumidor final, e é passível de ser analisado de forma funcional, institucional e estrutural. Os autores afirmam que a análise funcional permite dividir o processo de comercialização em funções, e assim avaliar e comparar os custos de intermediários e entender a diferença nos custos de comercialização entre os produtos. As principais funções executadas nessa forma de análise são as funções de troca, que envolvem transferência da posse/propriedade dos produtos agropecuários por meio de operações de compra e venda; as funções físicas, que tratam do manuseio e movimentação de produtos agropecuários ao longo do sistema de comercialização de forma a resolver problemas sobre como, onde, e de que forma (ex. *in natura*) comercializar; e funções auxiliares, que tem como objetivo facilitar o

⁴ Rede Armazém do Campo é fruto da 1ª Feira Nacional da Reforma Agrária organizada pelo MST em que comercializa produtos da agricultura familiar agroecológicos em todo Brasil através de lojas físicas oferecendo cultura e culinária além dos produtos da Reforma Agrária. Atualmente a rede se encontra presente em 13 estados brasileiro se tornando a maior Rede da Reforma Agrária.

⁵ As compras institucionais representam uma nova oportunidade de mercado para os agricultores familiares. O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é operacionalizado pelas secretarias municipais e estaduais de educação. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) é gerenciado pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) em contrato direto com o fornecedor. (Alexandre *et. al* 2018 p. 282). Vale destacar que nos últimos anos, sobretudo após o impeachment da então presidenta Dilma Rousseff, tais programas estão sendo desarticulados, diminuindo as oportunidades de comercialização por esta via pelas famílias agricultoras.

encaminhamento da produção no sistema de comercialização. Já a análise institucional dos sistemas de comercialização “busca determinar quais são e quem são os principais agentes atuantes no sistema de comercialização” (Mendes e Padilha Jr., 2007), ou seja, quem são os indivíduos responsáveis pela execução das funções de comercialização. Por fim, os autores apontam a análise estrutural como fundamentada no trabalho de Bain (1956-1976), que leva em conta que a estrutura de mercado inclui as características de organização de mercado relacionadas à conduta de firmas e à eficiência de mercado, de forma a dimensionar e posicionar as estruturas de mercado ao longo do sistema de comercialização.

Nesse contexto, o produtor rural precisa encontrar alternativas para escoar sua produção, sendo necessário lidar com problemas como a volatilidade dos preços de produtos agropecuários, ou risco de mercado, e quanto à decisão sobre quando, onde e como vender. Mendes e Padilha Jr (2007) destacam que a busca pela solução desses problemas é importante não apenas para os produtores rurais, mas também para indústrias, cooperativas e diversos outros órgãos ligados ao agronegócio brasileiro, já que “a eficiente seleção de alternativas de comercialização auxilia os produtores na tomada de decisão, que, se bem feita, pode gerar receita maior, mais estável e com menores riscos” (Mendes e Padilha Jr, 2007). Entre as alternativas citadas pelos autores, estão a venda na época de colheita, contratos de produção antes da colheita ou venda antecipada da produção (a termo), estocagem do produto para especulação e estratégias com contratos futuros e derivativos agropecuários (mercado futuro). Por fim, cabe ao produtor definir quais e a quantas alternativas deve aderir, levando em conta que é aconselhável e pode ser mais eficiente utilizar mais de uma alternativa de comercialização, em busca de obter maior retorno e minimizar o risco de mercado.

3.4.1 A prática da comercialização de alimentos

Existem alguns exemplos em diferentes estados brasileiros da prática da comercialização em unidades agropecuárias, entre eles podemos citar a experiência do Assentamento Sepé Tiaraju, situado na região de Ribeirão Preto (SP), estabelecido formalmente no ano de 2004 (OLIVEIRA *et.al* 2017). A identificação dos canais acessados do Assentamento se deu em 2016, em que identificaram cerca de 80 famílias agricultoras organizadas em cooperativas e associações. Por meio de entrevistas realizadas com as famílias assentadas, os autores constataram dois canais de comercialização, classificados como: Circuitos Curtos e Circuitos Longos. Os circuitos curtos foram aqueles de vínculo

regional/local, sendo a comercialização por meio de feiras, vendas à domicílio,, pequenas cooperativas, intermediários, mercados institucionais (PAA, PNAE, etc). Os sistemas longos foram definidos por acesso a grandes varejistas, grandes cooperativas, centros de distribuição, atravessadores e empresas especializadas. Os autores concluíram que existe um conjunto diversificado de canais de comercialização, e que tais estratégias são importantes para escoar a produção local.

Outra experiência que pode-se usar como exemplo é o caso da “Acolhida na Colônia”, uma associação com aproximadamente 120 famílias agricultoras no estado de Santa Catarina. A organização desses agricultores surgiu em 1999, na microrregião de Tubarão, com o objetivo de promover a inclusão econômica dos agricultores familiares envolvidos. O trabalho de Fantini e colaboradores (2018), “Agroturismo e Circuitos Curtos de Comercialização de Alimentos Orgânicos na Associação “Acolhida na Colônia” - SC/Brasil”, concluiu que as famílias associadas praticam a venda direta na propriedade. Entre os outros canais comerciais mais frequentes estão aqueles representados pelos mercados institucionais (PNAE e PAA), com uma percentagem acima de 30% dos estabelecimentos que os utilizam. Os produtos são também escoados em feiras e em lojas por 20% dos agricultores; em supermercados, por 15%; e com intermediários por 11% deles (FANTINI *et.al*, 2018). Os autores atribuem algumas características que se concretizaram coletivamente, como por exemplo, a produção orgânica que foi de comum acordo entre as famílias agricultoras. Tais características de produção trouxeram outros elementos para a comercialização, principalmente para o marketing dos produtos, além de explorar o agroturismo na região. Ainda para os autores, compreender e valorizar a trajetória deste público permite enfrentar um novo desafio: auxiliar os agricultores, em particular os recém-associados, a comercializarem em CC sua produção orgânica. Afinal, a diversidade interna é uma de suas riquezas, ao invés de um problema para o seu desenvolvimento.

Menezes e Santos (2020) apresentam em sua pesquisa a experiência de circuitos curtos no estado de Sergipe em que o trabalho tem como título “Circuitos curtos de comercialização da produção agroalimentar/orgânica em Aracaju/SE: uma estratégia dos agricultores familiares/camponeses “. As autoras realizaram a pesquisa qualitativa em 2018/2019, através de entrevistas com os agricultores e constataram que houve um avanço na comercialização de alimentos nas feiras, mercados públicos, e a venda direta junto aos consumidores em repartições públicas e nos condomínios residencial (MENEZES & SANTOS, 2020). Segundo Menezes e Santos (2020), o avanço da comercialização desses alimentos nas feiras, a conquista de espaços em mercados públicos, a venda direta

junto aos consumidores em repartições públicas e nos condomínios residenciais. Esses circuitos de comercialização fortalecem os laços entre produtores e consumidores, promovendo o reconhecimento do trabalho, preço justo e contribui para a soberania alimentar dos agricultores familiares/camponeses.

Menezes e Santos (2020) concluem que os circuitos curtos de comercialização vem se tornando uma alternativa que está sendo incorporada pela agricultura familiar/camponesa avançando com uma nova tendência de consumo, em que aproxima quem produz alimentos e quem consome esses produtos. Para os agricultores familiares, este canal oferece um desenvolvimento e uma proximidade com consumidores, estabelecendo uma confiança, que proporciona a inserção de outros membros familiares, ocasionando em novos postos de trabalho e renda familiar. Destacou-se também, alguns princípios como autonomia, solidariedade, segurança alimentar, justiça social, respeito à cultura e tradição regionais que são incorporados nas relações entre produção e consumo nesse tipo de comercialização direta. As autoras ainda concluem que os circuitos curtos de comercialização dos alimentos agroecológicos/orgânicos são comercializados alimentos limpos, saudáveis e a renda gerada é essencial para a sustentabilidade e soberania alimentar dos grupos familiares no espaço rural.

Alagoas, especificamente no município de Arapiraca, possui algumas experiências no que se refere à comercialização. Entre elas, Silva e Borges (2020) contextualizam na pesquisa “ As Feiras-Livres da Agricultura Familiar em Arapiraca, Alagoas, Brasil” a importância das feiras-livres na comercialização de alimentos para resistir aos padrões agroalimentares contemporâneos, buscando analisar a importância e os impactos socioeconômicos de duas feiras-livres na agricultura familiar no município. Entre os resultados encontrados, as autoras constataram a importância destas duas feiras no contexto socioeconômico dos agricultores familiares participantes, por possibilitar maior retorno financeiro através da venda direta e exclusão da participação dos atravessadores nas vendas. Constatou-se também, que grupos de produtores orgânicos têm satisfação em comercializar produtos saudáveis sem uso de agrotóxicos. Silva e Borges (2020) atribuem à gestão municipal como maior incentivadora para a continuidade e manutenção destas feiras, em que disponibilizam a infraestrutura como barracas, transporte para os agricultores até o local das feiras até mesmo auxílio nas produções via assistência técnica nas propriedades familiares. As autoras (2020) concluíram que os circuitos de comercialização adotadas por essas famílias promoveram uma aumento na renda familiar. O aumento na renda ocorreu também pela a oferta de comércio justo que foi encontrado nas feiras, e também a exclusão dos intermediários de vendas. Em circuitos

longos há a presença de mais de um atravessador, o que acaba interferindo negativamente no valor que produtores recebem pelos seus produtos (SILVA & BORGES, 2020). As autoras ainda ressaltam que as feiras tiveram um número significativo de produções orgânicas, contendo uma variedade de alimentos comercializados. Além disso, a iniciativa é uma forma de fugir dos padrões estabelecidos pelo sistema agroalimentar vigente, ao mesmo tempo que incentiva a mudança nos hábitos alimentares dos consumidores e aumenta sua segurança alimentar. Em relação a gestão pública, além da infraestrutura oferecida pela prefeitura como mencionado, os agricultores acessam também políticas de abastecimento e segurança alimentar, visto que sete dos produtores acessam o Programa de Aquisição Alimentar(PAA). Silva e Borges (2020) dizem que processo de revitalização das feiras direcionou para criação de sinergias e coesão social entre os atores envolvidos (agricultores, poder público e sociedade civil), pelo fato de emergir novas facetas do desenvolvimento rural, como a construção de mercado local, apoio à produção orgânica e acesso a alimentos saudáveis no valor justo. Por fim, atribuem a essas ações o fortalecimento da agricultura familiar, contribuindo para sustentabilidade e também incentivando a economia local.

3.4.2 Comercialização na Pandemia

No ano de 2020, o Brasil e o mundo deparam-se com uma das piores crises sanitárias da história, uma pandemia causada pelo vírus SARS-CoV-2, o coronavírus. Além dos danos diretos decorrentes da pandemia, a doença trouxe muitas inseguranças em se tratando da alimentação mundial. Além de um governo que frequentemente minimizou a situação sanitária, o Brasil, que antes da pandemia já se encaminhava para retornar ao Mapa da Fome⁶, teve esse cenário agravado durante a pandemia, retornando a números já superados desde 2004 em que os número registram 9,5% da população brasileira em situação de insegurança alimentar grave. Hoje, segundo o site Olhe para Fome, em 2022 o número de domicílios com moradores passando fome saltou de 9% (19,1 milhões de pessoas) para 15,5% (33,1 milhões

⁶O Mapa da Fome foi criado pela FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura) como uma ferramenta para acompanhar países que estão em situação de insegurança alimentar que compõem um quadro chamado Prevalência de Desnutrição com objetivo de acompanhar o desenvolvimento do milênio.

de pessoas). São 14 milhões de novos brasileiros/as em situação de fome em pouco mais de um ano⁷.

Segundo o estudo da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede Penssan) (2021), o Brasil se tornou o epicentro da doença COVID-19. Muitos são os motivos, entre eles está o negacionismo do governo federal, além do atraso no início da vacinação, levando mais de 600 mil brasileiros e brasileiras à morte⁸ até novembro de 2022. Além do medo do vírus, a população brasileira se deparou com um significativo aumento dos preços dos alimentos básicos e de outras condições já existentes envolvidas com a crise econômica em curso (anterior à pandemia). A insuficiência de renda associada à precarização das relações de trabalho e ao aumento do desemprego, a degradação das condições de moradia e de infraestrutura sanitária, entre outros fatores, intensificaram a disseminação da pandemia nos grupos populacionais mais vulnerabilizados (Rede Penssan, 2021). Entretanto, no mesmo período, o agronegócio arrecadou bilhões com a exportação de *commodities*.

Dentro desse cenário pandêmico, era de se esperar que os agricultores, principalmente aqueles com mão de obra familiar, fossem atingidos. Entre as restrições estabelecidas para conter o avanço da disseminação do vírus, reduzir o contato físico foi essencial para frear a doença, mas isso acabou afetando então as feiras e outros espaços de comercialização.

No contexto da COVID-19 houve uma aproximação entre o campo e a cidade via alimentação. Segundo Dias & Bezerra a nossa sociedade majoritariamente urbana, os cidadãos não produzem seu próprio alimento, mas os adquirem nos mercados. Ainda para os autores, a alimentação urbana depende dos laços comerciais estabelecidos via dinâmicas produtivas que acontecem nos espaços rurais, do momento da produção dos alimentos por parte das agricultoras e agricultores, que passa pelo transporte e distribuição até os pontos comerciais para comercialização.

Breitenbach (2021) constatou que agricultores com um certo poder aquisitivo acessaram programas de fortalecimento de crédito para agricultura familiar oferecidas pelo Governo Federal, por outro lado, também constatou que agricultores com baixo poder aquisitivo tiveram que se arriscar para comercializar os seus produtos.

⁷ Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional - A fome e a insegurança alimentar avançam em todo o Brasil - <https://olheparaafome.com.br/>.

⁸ Os números de mortes devido a COVID-19 até 27 de novembro de 2022 foram de 689 mil vidas perdidas, infelizmente esse número vem aumentando com o passar dos dias e a materialização de mais uma nova onda de transmissão.

Dias e Bezerra (2021) descreveram em seu trabalho denominado “Impactos da Covid-19 na produção e comercialização de alimentos em Brasília-DF: desafios para os assentados/acampados da reforma agrária” que diante da dificuldade, alguns agricultores acessaram a internet como meio de comercialização, o que foi importante tanto para os agricultores como para os consumidores que desejavam uma alimentação saudável durante a pandemia. As autoras relatam que a maior dificuldade para os agricultores entrevistados se deu no início da pandemia, em março de 2020, dada a maior dificuldade de comercialização dos produtos devido ao fechamento das feiras e mercados de rua pelo decreto estabelecido pelo estado.

Em Santa Maria (RS), Silva e Sena (2022) abordaram as mudanças econômicas, sociais e culturais e como as famílias se adaptam frente ao isolamento social no contexto da pandemia, na pesquisa “Estratégias de comercialização de alimentos a partir de redes sociais: caso formado após início da pandemia do COVID-19 em Santa Maria - RS”. Os autores trouxeram a experiência do caso do empreendimento intitulado “Lá de Fora” que iniciou-se durante a pandemia através das redes sociais. O intuito desses empreendedores era comercializar produtos de três produtores de alimentos locais que sofreram com a mudança do cenário e tiveram queda nos principais canais de comercialização como a venda de produtos para restaurantes, feiras locais e PNAE. A pesquisa aponta como uma novidade de comercialização no empreendimento e detalha o processo de criação sistemática vendas de produtos alimentares disponíveis entre os produtores parceiros. A criação de cestas personalizadas e a assinatura de cestas propiciou a gênese de um quadro de fidelização dos clientes com potencial para manutenção do canal de comercialização no cenário pós-pandemia (SILVA & SENA, 2022).

4. METODOLOGIA

A primeira etapa desta pesquisa se deu através de revisão bibliográfica, buscando identificar na literatura a importância da Reforma Agrária e da luta pela terra no desenvolvimento do país e no abastecimento de alimentos para a população, bem como as estratégias de comercialização acessadas pelas famílias oriundas da Reforma Agrária. Para tanto foram usados os descritores: Reforma Agrária, Circuitos Curtos de Comercialização, Alimentação e Reforma Agrária, Canais de Comercialização na Pandemia, MST, etc. Foram pesquisados artigos indexados em periódicos científicos e livros disponíveis nas bases de dados acadêmicos e bibliotecas (virtuais e físicas).

Para o levantamento dos dados foi utilizada a metodologia de realização de entrevistas por meio da aplicação de questionário individual a partir de formulário com perguntas abertas e fechadas (Apêndice 01), por amostragem nas Feiras da Reforma Agrária realizadas em Sergipe e Alagoas.

Para Thiollent (1992), em roteiros de entrevistas, questionários ou outros instrumentos de coleta de dados, sempre se coloca a questão central à qual se atribui os elementos explicativos que associam-se às informações prestadas e esclarecidas por parte dos respondentes. Ainda conforme Thiollent, os princípios gerais de um questionário e formulários convencionais se fazem úteis para que os pesquisadores possam denominar aspectos técnicos da concepção, da formulação e da codificação do tema estudado.

Já para Appolinário (2012) a entrevista é um procedimento de coleta de dados que envolve o encontro de duas pessoas: entrevistador e entrevistado. Trata-se de um procedimento relativamente comum nas investigações sociais, podendo ser realizado a distância por outros meios (telefone, chat, etc). Para Borges e Silva (2011) citados por Aragão e; Neta (2017), a entrevista é uma técnica que se constitui em um instrumento eficaz na coleta dos dados. Segundo Manzini (2004) citado por Belei e colaboradores (2008), existem três tipos de entrevistas: estruturada, semi-estruturada e não-estruturada. Entende-se por entrevista estruturada aquela que contém perguntas fechadas, semelhantes a formulários, sem apresentar flexibilidade; semiestruturada a direcionada por um roteiro previamente elaborado, composto geralmente por questões abertas; não-estruturada aquela que oferece ampla liberdade na formulação de perguntas e na intervenção da fala do entrevistado.

O trabalho de campo foi realizado entre agosto e novembro de 2022, no município de Aracaju/SE e Maceió/AL onde o público-alvo foram famílias beneficiárias da Reforma

Agrária organizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, que produziram e comercializam alimentos antes e durante a pandemia, até novembro de 2022. O levantamento foi realizado via questionário/formulário com famílias assentadas/acampadas que comercializam individualmente ou em coletivos, de forma a verificar quais eram os principais produtos e os canais de comercialização de alimentos acessados pela família/grupo bem como possíveis mudanças na produção e nos canais de comercialização e dificuldades e facilidades em relação à comercialização advindas da situação pandêmica.

Para análise de dados buscou-se na literatura a importância do método quantitativo, que pode ser descrito como um método que produz número e porcentagem a partir dos dados obtidos. Segundo Appolinário (2012), nas estatísticas podemos ter duas finalidades: descrever dados e testar hipóteses, mencionando também a importância de uma pesquisa qualitativa que, para o autor, apresenta alguns elementos como a recursividade, o que implica no fato de a análise poder se iniciar até mesmo ao longo da fase da coleta de dados. O autor supracitado diz que uma pesquisa qualitativa não apresenta generalização, pois uma análise qualitativa terá como objetivo compreender um fenômeno no seu sentido mais intenso em vez de produzir inferências que possam levar a constituição de leis gerais ou a extrapolação que permitam previsões válidas sobre a realidade futura.

O questionário aplicado contou com sete perguntas abertas e fechadas em torno da comercialização de alimentos antes, durante e após a pandemia, além de caracterizar os principais alimentos produzidos. As perguntas sobre a comercialização, teve como objetivo apontar os principais canais de comercialização por esses sujeitos. Para Borges;Silva (2011), um procedimento técnico de que o pesquisador pode lançar mão durante a sua pesquisa de campo leva o nome de Questionário, o qual se caracteriza por um conjunto de perguntas dirigidas ao(s) provável(eis) informante(s), que pode ser enviado ao respondente com prazo certo de devolução ao coordenador da pesquisa.

Os questionários foram aplicados na Feira Estadual de Sergipe (Imagem 01), Feira Estadual de Alagoas (Imagem 02).

Este trabalho de conclusão de curso foi desenvolvido no escopo do Projeto de Pesquisa “Plano Nacional Para Comercialização Direta de Produtos Orgânicos de Áreas da Reforma Agrária no Brasil”, portanto o acesso às famílias se deu de acordo com o desenvolvimento das atividades do projeto.

Todos os entrevistados responderam o “Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE” (Apêndice 02), assegurando o direito de divulgação das informações oferecidas para a pesquisadora, conforme a orientação da Universidade Federal de Santa Catarina.

Esta pesquisa foi submetida na na Plataforma Brasil com o CAAE: 64489022.2.0000.0121 e ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEPSH-UFSC).

4.1 Caracterização dos estados e feiras da Reforma Agrária

Foram aplicados questionários individuais estruturados em feiras da Reforma Agrária nas capitais da região nordeste, Aracaju/SE, de 30 de agosto a 2 de setembro de 2022, e em Maceió/AL de 07 a 10 de setembro de 2022.

Segundo o IBGE (2022) , o Estado de Sergipe possui 2.338.474 habitantes, sendo 547.661 na área rural, cujo IDH do estado é de 0,665. O estado de Alagoas possui 3.120.494 habitantes, sendo o IDH estadual de 0,631 e 822.634 na área rural. Em Santa Catarina, segundo o último censo demográfico 2010, o estado possui 6.248.436 habitantes, sendo 1.000.523 na área rural, com IDH estadual de 0,774.

Imagem 01 - Cartaz feira de Aracaju/SE.



Fonte: MST, Sergipe 2022.

Imagem 02 - Cartaz feira de Maceió/AL.



Fonte: MST, Alagoas 2022.

Na capital de Sergipe, em Aracaju, ocorreu a 7ª Feira Estadual da Reforma Agrária, onde os agricultores e agricultoras comercializam diferentes tipos de produtos como folhosas, tubérculos, mudas, frutas, artesanatos, mel e panificados. A Feira também contou com a cozinha da Reforma Agrária onde foram elaborados e comercializados os principais pratos da culinária local. Houve também venda de livros da Editora Expressão Popular e um palco para as atividades culturais, além da Tenda da Saúde, onde terapeutas e médicos/as populares ofereceram diferentes atendimentos de saúde à comunidade. Com relação à infra-estrutura, cada família obteve até duas barracas dependendo da quantidade de produtos ofertados, sendo disponibilizada, no total, 70 barracas. Entre os produtos comercializados em Sergipe foram identificados: limão, banana da terra, banana prata, batata, inhame, mamão, laranja, pimenta, coco verde e seco, puba, macaxeira, abóbora leite, manga, cana, jenipapo, mel, alface, cheiro verde, espinafre, jambo, castanha do maranhão, manjeriço, hortelã, mamão havaí, mudas frutíferas e ornamentais.

Imagem 03 - Infraestrutura Feira de Aracaju/SE



Fonte: Coletivo de Comunicação MST/SE, 2022

Imagem 04: Agriculturas participantes da Feira.



Fonte: Sandy Arguelho, 2022

Em Maceió, na 21ª Feira da Reforma Agrária, foram montadas 140 barracas. A feira é tradicional entre os agricultores do estado de Alagoas, dialogando com a sociedade sobre a importância da Reforma Agrária e dos alimentos saudáveis. Os produtores de diversas regiões do estado chegaram ainda de madrugada do dia 07 de Setembro de 2022, e alguns conseguiram escoar os seus produtos em até dois dias. Os principais produtos comercializados nesta Feira foram: macaxeira, graviola, coco seco e verde, puba, abacaxi,

mel de abelha africana, macaxeira embalada à vácuo, carne de bode, batata doce, inhame, abóbora, galinha, frango, pato, esterco de bovinos, banana, vinho branco, banana anã, banana prata, mudas e artesanato local.

Imagem 05 - Agricultoras organizadas com suas produções recém chegadas na feira



Fonte: Coletivo de Comunicação MST - Alagoas, 2022.

Imagem 06 - Agricultora apresentando seu produto para a reportagem do Coletivo de Comunicação do MST/Macéio (2022) : “Após 2 anos, MST volta a realizar Feira da Reforma Agrária em Maceió”



Fonte: Coletivo de Comunicação MST- Alagoas, 2022.

Ambas as feiras contaram com atrações culturais de teatro, música, etc, uma característica do MST em todas as atividades políticas. A estratégia cultural serviu também para promover as feiras e alavancar discussões importantes como a alimentação saudável. Estrategicamente, os pontos escolhidos em ambas atividades foram praças públicas para que assim atingisse o maior número de pessoas possível.

5. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Participaram das entrevistas 50 agricultores/as familiares beneficiários da Reforma Agrária, dos quais 48% (22 pessoas) do total são assentados ou acampados em Sergipe, 44% em Alagoas (24 pessoas). Deste público, 39.1% (18 pessoas) dos entrevistados se identificaram no gênero feminino e 60.9% (28 pessoas) no gênero masculino.

Tabela 01: Caracterização dos entrevistados

Gênero	Estado	Município	Nome do Assentamento/Acampamento...
Masculino	Alagoas	Olho D'Água do Casado	Nova Esperança
Feminino	Alagoas	Estado de Alagoas	Bastone Beltrão
Masculino	Alagoas	Girau do Ponciano	Dom Helder Câmara - Núcleo 25 de Julho
Feminino	Alagoas	Maragogi	25 de Janeiro
Masculino	Alagoas	Girau do Ponciano, A	Cooperativa De Produção Agropecuária Da Reforma Agrária Do Agreste Alagoano.
Masculino	Alagoas	Murici	Pacas
Masculino	Alagoas	Maragogi	Javari
Feminino	Alagoas	Joaquim Gomes	Sem resposta
Masculino	Alagoas	Viçosa	Caminho da Roça (Fazenda Dourada)
Masculino	Alagoas	Girau do Ponciano	Assentamento Rendeira
Masculino	Alagoas	Girau do Ponciano	Roseli Nunes/ Cooperativa Maria Bonita
Masculino	Alagoas	Girau do Ponciano	Rendeira
Feminino	Alagoas	Maragogi	Javari
Feminino	Alagoas	Joaquim Gomes	Fidel Castro
Masculino	Alagoas	Joaquim Gomes	Pedra Talhada
Masculino	Alagoas	Joaquim Gomes	Pé de Serra
Masculino	Alagoas	Joaquim Gomes	Fidel Castro
Feminino	Alagoas	Maragogi	Gavari
Masculino	Alagoas	Maragogi	Água Fria
Feminino	Alagoas	Joaquim Gomes	Pedro Talhada
Feminino	Alagoas	Joaquim Gomes	Pé de Serra
Masculino	Alagoas	brasileiro	Vareza 1
Feminino	Sergipe	Estância	17 de Abril

Masculino	Sergipe	Malhador	Assentamento Marcelo Déda
Masculino	Sergipe	Indiaroba	5 de Janeiro
Feminino	Sergipe	Indiaroba	5 de janeiro
Feminino	Sergipe	Agroviola	07 de Janeiro
Masculino	Sergipe	Indiaroba	5 de Janeiro
Feminino	Sergipe	Indiaroba	5 de Janeiro
Masculino	Sergipe	Japarutuba	Ivan Ribeiro
Feminino	Sergipe	Itaporanga d' Ajuda	Brigada Florestan Fernandes
Masculino	Sergipe	Indiaroba	5 de Janeiro
Masculino	Sergipe	Estância e	Dom Eldon - Povoado Brotão
Feminino	Sergipe	Estância	Bispo Dom Elder
Masculino	Sergipe	Poço Redondo	Cajueiro
Masculino	Sergipe	Riachuelo	Mário Lago
Feminino	Sergipe	Riachuelo	Mário Lago
Masculino	Sergipe	Riachuelo	Assentamento Marcelo Déda
Feminino	Sergipe	Malhador	Marcelo Terra
Masculino	Sergipe	Malhador	Assentamento Marcelo Déda
Masculino	Sergipe	Itaporanga	Assentamento Darci Ribeiro
Feminino	Sergipe	olhar	Assentamento 5 de Janeiro
Feminino	Sergipe	Umbaúba	Assentamento Alegre
Masculino	Sergipe	-	Assentamento Queimada Grande
Masculino	Sergipe	Alto Sertão Sergipano	Associação Acopase
Masculino	Sergipe	Alto Bonito	Assentamento Jacaré Curitiba

5.1. Comercialização antes de março de 2020.

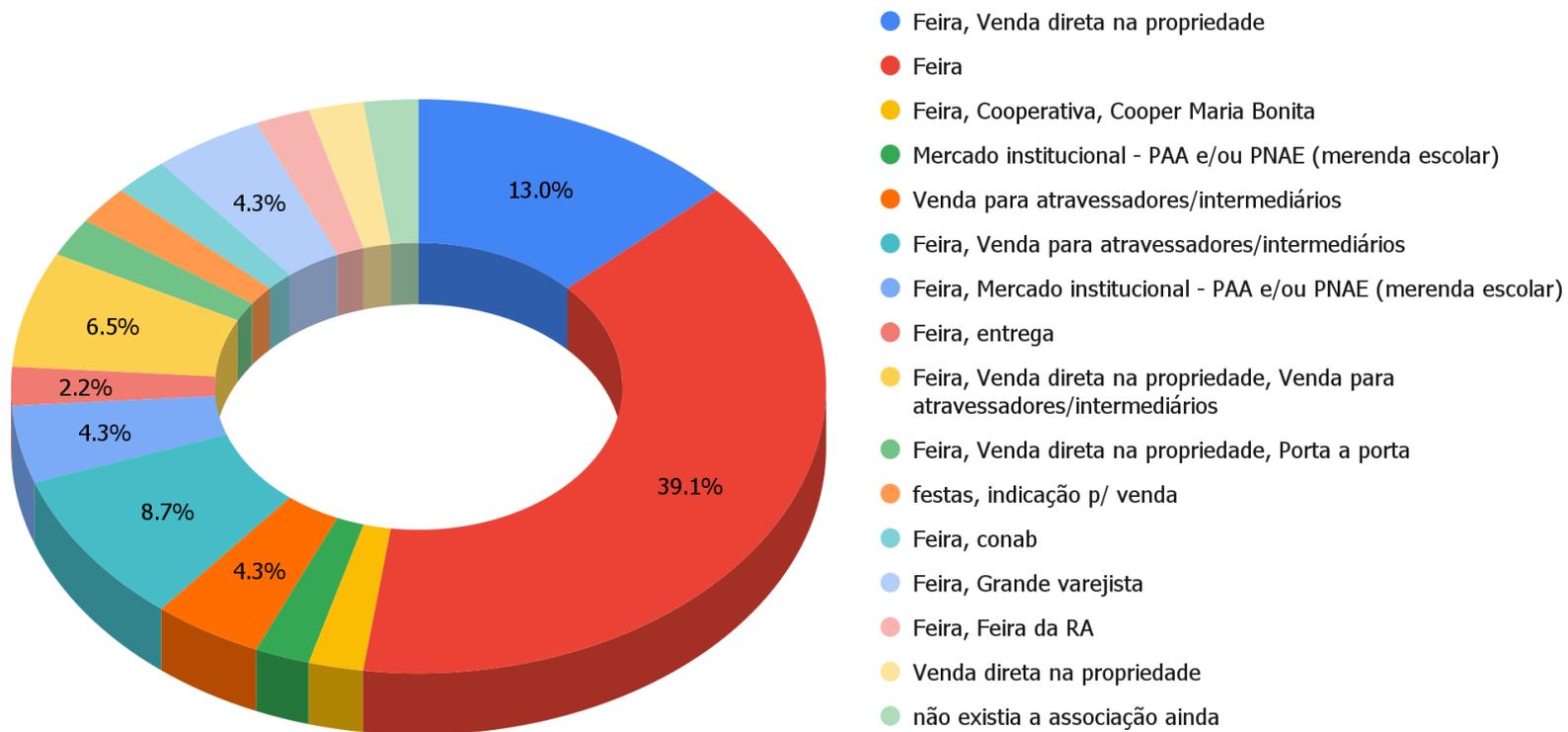
Para comparar as mudanças ocorridas ao decorrer da pandemia e depois, se faz necessário entender os principais acessos de comercialização do público alvo. Com isso em relação às produções foram feitas as seguintes perguntas:

Em relação aos principais produtos comercializados pela família/grupo antes da pandemia foram obtidas as seguintes respostas: galinha de capoeira , raizada (levanta facho),milho verde, abóbora, feijão de arranca, graviola, macaxeira, abacaxi, coco seco, batata, mel, hortaliça, leite, banana, inhame, laranja, pitomba, macaxeira, cará, pimenta, feijão, melancia, coalhada, palma, carne de bode, amendoim, mamão, tapioca, beiju, goma, massa, farinha d' água, cana, pequenos animais (suínos, aves), queijo, fumo, abacaxi, macaxeira, mandioca, cachaça, sapoti, coco seco, cana, leite, coco d' água, fava, abóbora e batata, acerola, abacate, manga, caju, castanha, maracujá, quiabo, ponkan, coco, hortaliças, milho verde, mangaba, tomate, pimentão, acelga, repolho e cenoura.

Outras respostas obtidas foram: “ *Antes da pandemia a associação estava começando, a pandemia atrasou o processo*”.

Referente aos principais canais de comercialização acessados pelas famílias entrevistadas antes da pandemia, estão apresentados no gráfico 01 logo abaixo.

Gráfico 01 - Frequência de respostas obtidas sobre acessos de comercialização antes da pandemia.



Fonte: Sandy Arguelho, 2022.

Observou-se que antes do início da pandemia o principal meio de comercialização dos/as agricultores/as entrevistados correspondiam a 39,01% de feiras, 13% de venda direta na propriedade e feiras, 4,3% de venda por atravessadores, 6,5% em cooperativas. Vale ressaltar que os agricultores familiares tiveram opção de marcar mais de um canal de comercialização para esta pergunta. Com base nas respostas obtidas atribui-se que os agricultores comercializavam antes da pandemia em circuitos curtos com vendas diretas e indiretas, conforme a tipologia apresentada por Darolt e Rover (2021).

5.1.2 Comercialização no período mais restrito da pandemia.

Com a chegada da pandemia, houve mudança nos hábitos de todo o mundo, para saber os efeitos na comercialização de alimentos foram perguntado aos entrevistados se houve mudanças nestes canais no período mais restrito da pandemia (março de 2020 a março de 2021). Para 26% (13 pessoas) dos entrevistados não houve mudanças nesses canais. Já para 74% (37 pessoas) dos entrevistados apontaram mudanças nos canais acessados pela família na comercialização de alimentos. Desta forma, foram perguntado aos entrevistados quais canais de comercialização não funcionaram no período mais restrito da pandemia. Para 18 entrevistados as feiras não funcionaram durante o período mais restrito da pandemia. 09 entrevistados pararam de comercializar por não ter outras opções para escoar os seus produtos. 14 pessoas responderam que não mudaram/pararam de comercializar durante o período da pandemia. Outras respostas obtidas também foram o PNAE e atravessadores como um canal que não funcionou para comercialização de alimentos durante o período (março de 2020 a março de 2021). Foram perguntados também, se nesse período houve novos canais de comercialização acessados. Apenas 08 entrevistados acessaram novos canais de comercialização em que as respostas obtidas foram: Começou comercializar atravessador(02) s; Entrega domiciliar(02) ; Mídias e redes sociais; Começou a entregar em casa ⁹ e varejo; Vendas pela internet (02).

Ainda sobre o período mais restrito da pandemia, foram perguntado quais as facilidades/ dificuldades que a família teve ao comercializar seus produtos. Entre as maiores

⁹ Este entrevistado relatou que não mudou os canais de comercialização, entretanto, buscou um canal para escoar os seus produtos durante o período (março de 2020 a março de 2021).

dificuldades encontradas pelos entrevistados elenca-se algumas restrições como contato físico, visto que foi uma das medidas de prevenção da doença. Porém, interferiu diretamente nas vendas em feiras, diminuindo o público que circulava no local dificultando a comercialização dos produtos. Houve também dificuldades com transporte de produtos até as feiras e que acarretou na procura de atravessadores para escoar os produtos. Por outro lado, para um dos entrevistados, a venda para atravessadores parou.

Entre as respostas obtidas, ressalta-se as seguintes dificuldades relatadas por alguns entrevistados/as:

“Encontrar sementes, adubação para produção. Diminuiu a produção por causa desses elementos... porém "o campo não para".

“Durante a pandemia foi mais restrita a venda por conta do isolamento social...Por exemplo a comercialização do queijo. A venda era feita na cidade, nos bairros, indo até os clientes o que deixou de ser feito pelo risco de transmissão do vírus. E essa venda ficou restrita apenas a comunidade, onde vizinhos se deslocaram até a propriedade para comercialização do produto. Tendo os cuidados necessários neste momento.”

“Não tinha comprador, o povo não tinha dinheiro.”

Dois entrevistados, mesmo sem comercializar nenhum dos alimentos produzidos, doaram produtos na ação solidária organizada pelo MST.

Sabendo dos limites dos agricultores para produzir os alimentos, seja por falta dos insumos ou pela impossibilidade de escoar seus produtos, foram perguntados se as famílias pararam de produzir algum produto devido a pandemia (março de 2020 a março de 2021), além dos motivos de parar a produção. Dos entrevistados não pararam de produzir nenhum produto, porém 42% (21 pessoas) responderam que tiveram que parar de produzir algum produto durante o período mais crítico da pandemia.

Com relação aos alimentos que pararam de produzir, a produção vegetal e animal foram elencadas pelos entrevistados, sendo um dos principais motivos de parar a produção, a falta de meios de comercialização dos alimentos, que acarretou na perda de alguns produtos.

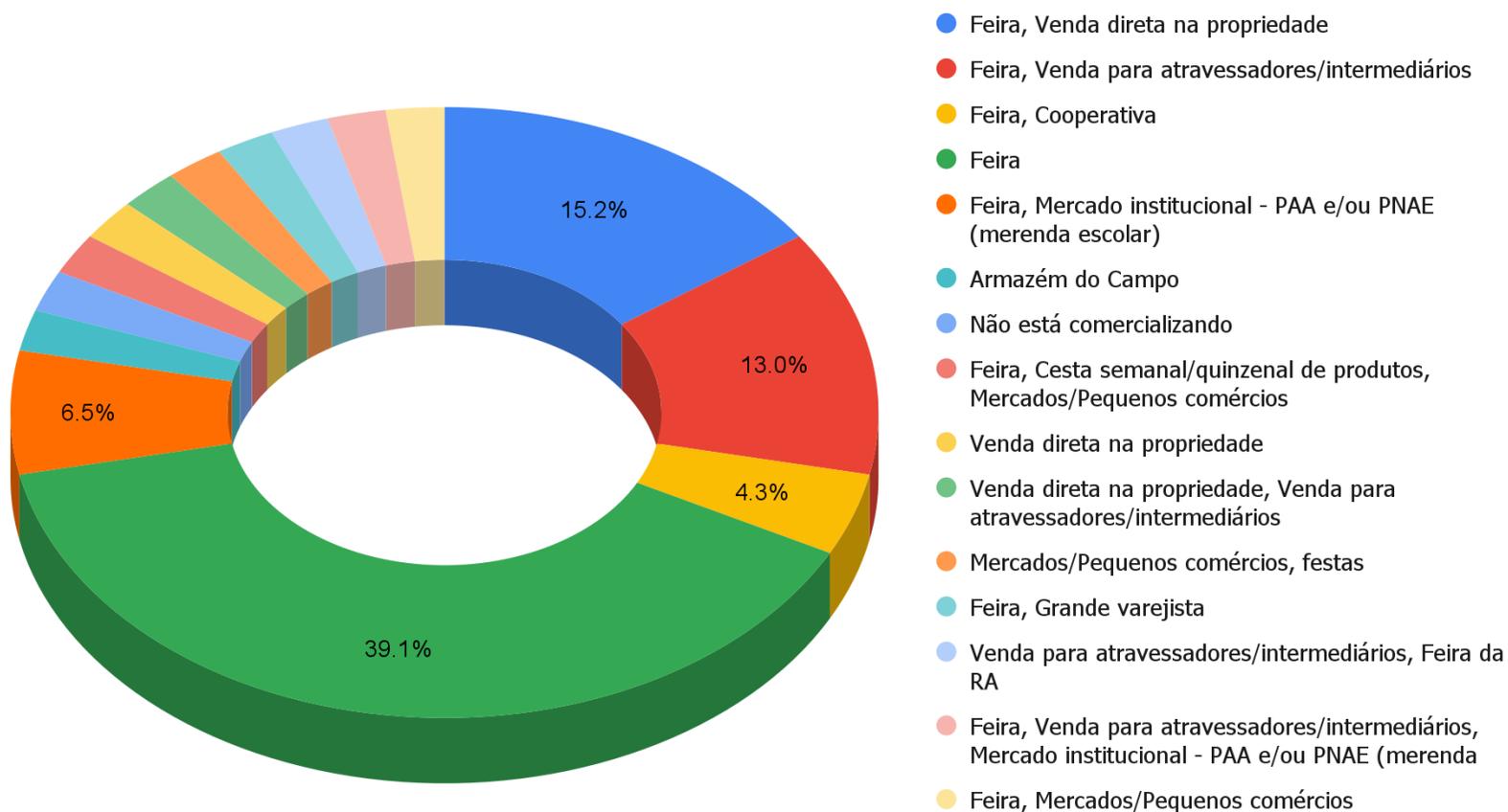
Grande parte dos entrevistados que não comercializaram nenhum produto durante a pandemia tiveram acesso aos programas de assistência como o Auxílio Emergencial até a liberação do comércio.

5.1.3 Comercialização no atual momento (agosto/setembro/outubro de 2022)

Após a vacinação da população, aos poucos todos os setores foram voltando às atividades, mesmo assim alguns canais de comercialização adquiridos durante a pandemia tornaram-se frequentes no atual momento. Os canais utilizados antes, durante e depois da pandemia permaneceram ou não foram mais acessados pelos agricultores/as.

Gráfico 03 - Frequência das respostas obtidas sobre os principais canais de comercialização acessados no atual momento (agosto/setembro/outubro de 2022).

Quais são os canais de comercialização de alimentos acessados pela família/grupo?



Fonte: Sa

No atual momento, entre os canais apontados, 39% dos entrevistados acessam a feira para comercializar, 15,2% vendem diretamente na propriedade e para atravessadores, 12% para cooperativas e 6,5% em mercados institucionais. Dos entrevistados, 13% vendem para mercados/pequenos varejistas, 4% estão comercializando via cestas semanais. É importante ressaltar que os entrevistados puderam selecionar mais de um canal de comercialização para responder a essa pergunta, por isso há diferença nos valores comentados e os valores demonstrados no (gráfico 03) acima, pois refere-se aos canais mencionados por família. Em relação a comercialização via atravessadores, não houve alteração entre antes da pandemia e atualmente.

Foram perguntados às famílias se houve facilidades/ dificuldades após a pandemia. No momento atual, para um dos entrevistados, as dificuldades foram atribuídas na escolha do produto em que a pessoa diz *"a escolha do produto mudou, e entre comprar banana e feijão, o povo leva o feijão"*.

Para outro entrevistado, o preço dos grãos ainda causa dificuldades na comercialização. Foram apontadas também maiores dificuldades devido às políticas públicas e apoio para comercialização, e elegeu-se também o transporte para escoar alimentos como gargalo, o que pode indicar um motivo para permanecer a venda para atravessadores.

Outras respostas em relação às dificuldades dos entrevistados:

"A falta de acesso com a população para vender os produtos"

"Dificuldade por causa da eleição"

"Devido ao poder aquisitivo das famílias, caiu as vendas"

Entre as facilidades encontradas, relata-se o aumento da procura pelos produtos orgânicos e da Reforma Agrária, a participação nas feiras da RA, que obteve maior visibilidade após a pandemia, principalmente os armazéns, possibilitando agregação de valor para os produtos escoados e transitados para esse comércio.

Outras respostas obtidas sobre as facilidades encontradas após a pandemia de acordo com as respostas dos entrevistados.

"Os programas das políticas públicas facilitou (PAA/PNAE) pois começou durante a pandemia."

"Aumentou a procura por alimentos orgânicos"

A primeira observação a ser feita é a importância das feiras públicas para este público e para Reforma Agrária, que para os estados do nordeste foram apontadas como o principal canal de comercialização. Para Darolt e colaboradores (2016), as feiras do produtor são os mecanismos de comercialização mais difundidos no Brasil e a principal porta de entrada de

agricultores ecológicos para o mercado local. Os autores ainda apontam esses espaços como educativos e de lazer, que favorecem uma forte interação entre os consumidores e os produtores. Se tratando de uma feira da Reforma Agrária, além desta interação, atribui-se também um espaço político de importante discussão agroalimentar, que promove saúde e bem estar aos consumidores que não são totalmente acessados pelos chamados produtos orgânicos em outros comércios. Estes espaços de feiras acabaram se tornando populares com preços acessíveis, que poderiam também servir de instrumento de estudo futuro.

Os mercados institucionais são um importante instrumento de comercialização que viabiliza os circuitos territoriais dos assentamentos, e o fato de continuar em alguns pontos do Brasil foi de extrema importância para fortalecer a continuação da produção e o escoamento delas.

A presença dos atravessadores antes e após a pandemia demonstra que a falta de apoio para a agricultura familiar comercializar os seus alimentos acarreta nos vícios agroalimentares convencionais, pois perde toda identidade da produção deste público, que acaba se misturando com outros produtos de outros modos de produção em grandes pontos de concentração de varejo. A continuação deste canal pode ser atribuída também ao poder aquisitivo das famílias, tema para o qual seria necessário uma pesquisa mais aprofundada.

Um ponto importante desta pesquisa, é que nenhum dos entrevistados parou de produzir totalmente, e mesmo com as dificuldades causadas pela pandemia ou climáticas continuaram ao menos com uma atividade. Ao menos dois entrevistados contribuíram com a população em situação de insegurança alimentar através de doação de alimentos na ação nacional do MST contra fome.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho foi executado no contexto do projeto de pesquisa “Plano Nacional Para Comercialização Direta de Produtos Orgânicos de Áreas da Reforma Agrária no Brasil” e os dados adquiridos foram a partir de uma amostragem de duas feiras da Reforma Agrária que aconteceram em Alagoas e Sergipe.

Conclui-se que os agricultores organizados pelo Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra possuem diferentes canais de comercialização que podem variar por região, entretanto, a discussão política em torno da importância da Reforma Agrária vem dando ênfase à discussão desses canais com a possibilidade de expansão, trazendo uma maior discussão com os consumidores. Ressalta-se também que os produtos comercializados regionalmente por esses agricultores tendem ser mais acessíveis, atingindo um maior número de pessoas, fortalecendo a principal pauta do Movimento, a alimentação saudável e de qualidade para todos e todas.

Espera-se que esta pesquisa contribua com o Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terras por apresentar uma margem de canais de comercialização que funcionam e devem ser fortalecidos e os principais gargalos de articulação dos camponeses frente às dificuldades impostas por fatores adversos, pois é necessário pensar na comercialização regionalmente para que assim seja possível fortalecer a base que sustenta a organicidade do movimento.

Houve alguns pontos que não foram alvo desta investigação, entre elas o acesso a internet, escolaridade, mão de obra familiar e o poder aquisitivo das famílias. Muitos desses pontos podem ser investigados como fatores de dificuldades/facilidades de acesso à novas formas de comercialização, pois assim será possível identificar e articular novas abordagens possíveis a partir da realidade familiar e territorial para promover novos canais potencializando a comercialização de produtos da Reforma Agrária.

Para finalizar, é necessário investir em políticas públicas que contribuam e fortaleçam a comercialização dos produtos da agricultura familiar como PAA/PNAE que poucos agricultores/as têm acesso após o desmonte do governo destes principais programas. Além do incentivo a comercialização, o estado tem por dever fornecer assistência técnica que compreende a realidade e se compromete a auxiliar as propriedades da agricultura familiar à produção sustentável.

7. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, E. C.; SARDAGNA, C. D. O reformismo agrário nos países democráticos. **Revista de Informação Legislativa**. Brasília a. 39 n. 154 abr/jun 2002. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/782/R154-17.pdf?sequence=4&isAllo wed=y>>. Acesso em: 15 de nov, 2022.

ARAGÃO, J. W. M.; MENDES NETA, M. A. H. Metodologia Científica. **Produção de Mídias para Educação Online**. Salvador/BA, 2017. Disponível em: <https://biblioteca.uniscd.edu.mz/bitstream/123456789/1531/1/eBook_Metodologia_Cientif ica-Especializacao_em_Producao_de_Midias_para_Educacao_Online_UFBA.pdf>. Acesso em: 21 de ago, 2022.

AUBRY, C.; CHIFFOLEAU, Y. O desenvolvimento dos circuitos curtos e da agricultura periurbana: história, evolução atual e questões atuais. *Agronomic Innovations*, INRAE, 2009, 5, pp.53-67. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1VxCF0wVqtyBtB1hZ_042Li_tk_svicCG/view?usp=sharin g>. Acesso em: 21 de ago, 2022.

APPOLINÁRIO, Fábio. *Metodologia da Ciência - Filosofia e Prática da Pesquisa* - Revista Cengage, ed. 2. São Paulo, 2012.

BIBLIOTECA NACIONAL. Documentos históricos - Provisões, Patentes, Alvarás, Sesmarias, Mandados, etc. Vol. XXIV, Rio de Janeiro, 1934. Disponível em: <http://memoria.bn.br/pdf/094536/per094536_1934_00024.pdf>. Acesso em: 15 de out, 2022.

BORELLI FILHO, D. Estratégias de resistência, reprodução social e superação do campesinato europeu frente à crise do capitalismo neoliberal: o caso do povoado de Marinaleda (Província de Sevilha, Espanha). Espanha, 2014. Disponível em: <<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal15/Geografiasocioeconomica/Geogra fiaagricola/03.pdf>>. Acesso em: 15 de out, 2022

BRASIL. Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4504.htm>. Acesso em: 15 de out, 2022

BREITENBACH, R. Estratégias de enfrentamento dos efeitos da pandemia na agricultura familiar. **Desafio Online**, Campo Grande, v.9, n.1, Jan./Abr. 2021. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/1jvhPHkVATwAG71O3VxIeTbtXTLINoZOi/view?usp=shari ng>>. Acesso em: 15 de out, 2022

CALDART, R. S. *Pedagogia do Movimento: processo histórico e chave metodológica*. Texto escrito a partir de diálogos realizados em 21 set 2020 e 26 fev 2021. Disponível em: <<https://www.gepec.ufscar.br/publicacoes/educacao-no-campo/pedagogia-do-movimento-pro cesso-metodo-roseli.pdf>>. Acesso em: 10 de nov, 2022.

CALDART, R. S. *et. al.* Dicionário da Educação do Campo. **Expressão Popular**, Rio de Janeiro/São Paulo, 2012. Disponível em:
<<https://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/1191.pdf>>. Acesso em: 10 de nov, 2022.

CARDOZO, B. D. A. *et. al.* Comercialização no agronegócio: um estudo sobre assentamentos da reforma agrária no contexto da economia solidária. **Revista em Agronegócio e Meio Ambiente**, vol. 11, n. 4, p. 1015-1037, out/dez 2018. Disponível em:
<<https://drive.google.com/file/d/1WicrcjuvZpzU4JS38dXgTeGrOQGkxSwh/view?usp=sharing>>. Acesso em: 10 de nov.2022.

COELHO, A. L. A.; GONÇALVES, R. J. A. F. Desafios da produção e comercialização de alimentos nos assentamentos Padre Nilo e Padre José, na região Oeste Goiano, Goiás. **V Congresso de Ensino, Pesquisa e Extensão da UEG**, s.d. Disponível em:
<https://drive.google.com/file/d/1rCKbFRfuojszEX5F3pcgINOux_Y7EqLH/view?usp=sharing>.
Acesso em: 10 .ago. 2022.

DAROLT, M *et. al* REDES ALIMENTARES ALTERNATIVAS E NOVAS RELAÇÕES PRODUÇÃO-CONSUMO NA FRANÇA E NO BRASIL **Ambiente & Sociedade** São Paulo v. XIX, n. 2 n p. 1-22 n abr.-jun. 2016. Disponível em: <
<https://www.scielo.br/j/asoc/a/KgSQNgpc5gF5Tx65N9H7DGd/?format=pdf&lang=pt>>
Acesso em: 15. Set. 2022.

DAROLT, M. R.; ROVER, O. J.. CIRCUITOS CURTOS DE COMERCIALIZAÇÃO, AGROECOLOGIA E INOVAÇÃO SOCIAL. **Studio Semprelo**. Florianópolis, 2021.
Disponível em:
<https://drive.google.com/file/d/1ycHR0ujOOmk9Kg5YKCCQsoK0kyqiNtVs_/view?usp=sharing>. Acesso em: 10 de ago. 2022.

DIAS, A. P. *et. al.* Dicionário de Agroecologia e Educação. Rio de Janeiro/RJ e São Paulo/SP, Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2021. Disponível em:
<https://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/dicionario_agroecologia_nov.pdf>. Acesso em:

DIAS, J. L. B.; BEZERRA, J. E. Impactos da Covid-19 na produção e comercialização de alimentos em Brasília-DF: desafio para os assentados/acampados da reforma agrária. **GeoTextos**, vol. 17, n. 1, jul 2021. Disponível em:
<https://drive.google.com/file/d/1OHJkQWWI3Kf-EWpzR7MLH_jGw7ROFz4M/view?usp=sharing>. Acesso em: 10 de nov, 2022.

EID, F. *et. al.* Políticas de agroindustrialização em assentamentos da reforma agrária: uma análise do diálogo entre a prática das cooperativas do MST e as políticas governamentais. **Revista Tecnologia e Sociedade**, vol. 11, n. 22, p. 1-31, Curitiba/PR, 2015. Disponível em:
<<https://www.redalyc.org/pdf/4966/496650344002.pdf>>. Acesso em:

FANTINI, A. *et. al.* Agroturismo e Circuitos Curtos de Comercialização de Alimentos Orgânicos na Associação “Acolhida na Colônia” - SC/Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 56, n. 3, p. 517-534, 2018. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/resr/a/HwDt5LGtHFwFdjxzcjnF6mv/?lang=pt&format=html&stop=>
>. Acesso em: 22 de out, 2022.

FERNANDES, B. M. Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro - Formação e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (1979-1999). Tese de Doutorado - Pós-Graduação do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo. São Paulo, nov 1999. Disponível em:
<http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/bernardo/BIBLIOGRAFIA%20DISCIPLINAS%20OS-GRADUACAO/BERNARDO%20MANCANO%20FERNANDES/tese_bmfernandes.pdf
>. Acesso em:

FERNANDES, B. M. A formação do MST no Brasil - Petrópolis, RJ.: Vozes Ltda. ed.01, p. 14-25, 2000.

FERNANDES, B. M.; WELCH, C. A.; GONÇALVES, E. C. Os usos da terra no Brasil. **Cultura Acadêmica**. São Paulo/SP, 2014. Disponível em:
<http://www2.fct.unesp.br/nera/ltd/usosdaterranobrasil_2010.pdf>. Acesso em: (p. 36)

GASSEN, V. A Lei de Terras de 1850 e o direito de propriedade. Dissertação de mestrado - Pós graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis/SC, 1994. Disponível em:
<<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/76176/96758.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em:

GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas: Negócios e mercados da agricultura familiar. **Editora da UFRGS**, p. 10, Porto Alegre/RS, 2017. Disponível em:
<<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/232245/001020657.pdf?sequence=1>>. Acesso em nov de 2022

INSTITUTO BUTANTAN. (org.). Qual a diferença entre SARS-CoV-2 e Covid-19? Prevalência e incidência são a mesma coisa? E mortalidade e letalidade? Instituto Butantan. São Paulo, p. 1-2. out. 2021. Disponível em:
<<https://butantan.gov.br/covid/butantan-tira-duvida/tira-duvida-noticias/qual-a-diferenca-entre-sars-cov-2-e-covid-19-prevalencia-e-incidencia-sao-a-mesma-coisa-e-mortalidade-e-letalidade#:~:text=SARS%2DCoV%2D2%3A%20v%C3%ADrus,%2C%20como%20%E2%80%9Cnovo%20coronav%C3%ADrus%E2%80%9D>> Acesso em: 10 ago. 2022.

JAHNEL, T. C. (2017). AS LEIS DE TERRA NO BRASIL. Boletim Paulista De Geografia, (65), 105–116. Recuperado de:
<<https://publicacoes.agb.org.br/index.php/boletim-paulista/article/view/968>>. Acesso em:

LEITE, S. P.; ÁVILA, R. V. Reforma Agrária e Desenvolvimento na América Latina: rompendo com o reducionismo das abordagens economicistas. Rio de Janeiro/RJ, jul/set 2007, vol. 45, n. 3. Disponível em:
<<https://www.scielo.br/j/resr/a/kJQ5zLtqDLYMCXqXgbyhswP/?format=pdf&lang=pt>>. 22 de out, 2022.

MALUF, R. S. Mercados agroalimentares e a agricultura familiar no Brasil: agregação de valor, cadeias integradas e circuitos regionais. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 25, n. 1, p.

299-322, abr. 2004. Disponível em:

<https://drive.google.com/file/d/1fVoLEb4J3xRiW6UrYdosAM_3uPFB66ly/view?usp=sharing>. Acesso em: 20 de nov, 2022.

MARSDEN, T.; BANKS, J.; BRISTOW G. Abordagens da Cadeia de Fornecimento de Alimentos: Explorando seu papel no desenvolvimento rural. **Sociologia Ruralis** vol. 40, n. 4. Reino Unido, out 2000. Disponível em:

<https://drive.google.com/file/d/1ECmheulcQbyOKINzNVwfchJx1b5_DKEU/view?usp=sharing>. Acesso em: 20 de nov, 2022.

MILLET-AMRANIA, S. *et. al.* A construção participativa de novos modelos econômicos em cadeias curtas de abastecimento de alimentos. **Jornal de Estudos Rurais**, ed. 68, p. 182-190, 2019. Disponível em:

<<https://drive.google.com/file/d/13X6mDNwAeqEAdBv18yunN8uaLq3wdf1o/view?usp=sharing>>. Acesso em: 20 de nov, 2022.

MITIDIERO JUNIOR, M. A.; GOLDFARB, Y.. O AGRO NÃO É TECH, O AGRO NÃO É POP E MUITO MENOS TUDO. **Associação Brasileira da Reforma Agrária - Abra: MUDANÇA CLIMÁTICA, ENERGIA E MEIO AMBIENTE**. São Paulo, p. 05-15, set 2021. Disponível em: <<https://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/18319-20211027.pdf>>. Acesso em: 01 fev. 2022.

MENEZES, Sônia de Souza Mendonça; SANTOS, Leticia Menezes.. Circuitos curtos de comercialização da produção agroalimentar/orgânica em Aracaju/SE: uma estratégia dos agricultores familiares/camponeses. **Cadernos de Agroecologia – Anais do XI Congresso Brasileiro de Agroecologia**, São Cristóvão, Sergipe - v. 15, no 2, 2020. Disponível em: <<http://cadernos.aba-agroecologia.org.br/cadernos/article/view/5592/3332> > Acesso em: 26 nov.2022.

MENDES, J. T. G.; PADILHA JR, J. B. Agronegócio: Uma abordagem econômica. Editora Pearson, maio de 2007. Disponível em:

<<https://drive.google.com/file/d/1bdw1UsYzT4N8l44ZKCBGBe-BQOU2RIMM/view?usp=sharing>>. Acesso em: dez 2022

MORISSAWA, Mitsue **A História da Luta Pela Terra** e o MST. Expressão Popular - São Paulo p. 58. v.3 2001.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Modo Capitalista de produção Agricultura e Reforma Agrária. São Paulo: Fflch, 2007. Disponível em:

<https://gesp.ffmpeg.usp.br/sites/gesp.ffmpeg.usp.br/files/modo_capitalista.pdf> . Acesso em: 07 ago. 2022

OLIVEIRA, João Costa de; CHRISTOFFOLI, Pedro Ivan. Agroecologia e economia solidária frente ao modo de produção capitalista e a questão da sustentabilidade. Retratos de Assentamentos, [S.L.], v. 20, n. 2, p. 149, 6 jul. 2017. Retratos de Assentamentos.

<<http://dx.doi.org/10.25059/2527-2594/retratosdeassentamentos/2017.v20i2.284>> .

OLIVEIRA, L. P. *et. al.* Canais de comercialização da produção de um assentamento rural em transição agroecológica. Jornada de Estudos em Assentamentos Rurais, Campinas - SP, 21 a 23 de junho de 2017. Disponível em:

<https://drive.google.com/file/d/1HSeXzEiQS_x82gEG9qoFHiyMKfqcJARh/view?usp=sharing>. Acesso em: 07 ago. 2022

PEREIRA, J. M. M.; SAUER, S. A “reforma agrária assistida pelo mercado” do Banco Mundial no Brasil: dimensões políticas, implantação e resultados. **Sociedade e Estado**, 2011, v. 26, n. 3, p. 587-612. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/se/a/PfVM84Kwz7Qb6PFyMvtCzvr/?lang=pt&format=html>>. Acesso em: 10 de Março de 2022.

PERIN, G. *et. al.* A Evolução do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): Uma Análise da Sua Trajetória de Implementação, Benefícios e Desafios. Ipea: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, p. 0-1. Brasília, set. 2021. Disponível em:

<https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=38463>. Acesso em: 08 mar. 2022

REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL. Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil. **Vigisan**. São Paulo, p. 14-30. mar. 2021. Disponível em:

<http://olheparaafome.com.br/VIGISAN_Inseguranca_alimentar.pdf> Acesso em: 01 mar. 2022

SIQUEIRA, D. L.; FERREIRA, G. H. C. Produção e comercialização de alimentos agroecológicos: o caso da 3º Feira Nacional da Reforma Agrária. **Boletim Paulista de Geografia**, n. 105, jan.-jun. 2021. Disponível em:

<<https://publicacoes.agb.org.br/index.php/boletim-paulista/article/view/1979/1677>>. Acesso em:

SILVA, D.V; BORGES, J.R.P. As Feiras-Livres da Agricultura Familiar em Arapiraca, Alagoas, Brasil. **Revista Raízes**, Campina Grande, v. 40, n. 1, jan./jun. 2020. Disponível em: <<http://raizes.revistas.ufcg.edu.br/index.php/raizes/article/view/642/601>>. Acesso em: 26 nov 2022.

SOUZA, C. Federalismo e descentralização na Constituição de 1988: processo decisório, conflitos e alianças. Dados [online], 2001, v. 44, n. 3. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/dados/a/nveyk7p5tSLrVXVSNLNRdVb/?lang=pt>>. Acesso em: 07 ago. 2022

STEDILE, J. P.; ESTEVAM, D. A questão agrária no Brasil - O debate na esquerda - 1960-1980. **Expressão Popular**, ed. 2. São Paulo, 2012. Disponível em:

<<https://marxismo21.org/wp-content/uploads/2014/10/A-Quest%C3%A3o-Agr%C3%A1ria-no-Brasil-2.pdf>>. Acesso em: 07 ago. 2022

THOMAZ, Antonio Junior. Povoando o Território da Luta Pela Terra e Pela Reforma Agrária no Brasil Contemporâneo. **Mundo Do Trabalho**. Revista Pegada v. 11 n.2, Presidente Prudente, São Paulo. Dez, de 2012.

APÊNDICE 01

PLANO NACIONAL PARA COMERCIALIZAÇÃO DIRETA DE PRODUTOS ORGÂNICOS DE ÁREAS DA REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL



Produtos in natura, processados e agroindustrializados da Reforma Agrária

Nome do/a entrevistador/a e contato: _____

Identificação da barraca: _____

Nome do/a entrevistado/a: _____

Gênero do/a entrevistado/a: Feminino () Masculino () Outro () _____

Contato (email e telefone, se possível) (da pessoa entrevistada ou da associação/cooperativa): _____

Origem dos produtos comercializados nesta feira: (pode ser marcada mais de uma opção)

() própria família () de um coletivo de famílias

de onde? (indicar **nome** e **cidade** do Acampamento ou Assentamento)

() Acampamento _____

() Assentamento _____

(...) Associação _____

(...) Cooperativa _____

(...)Central de cooperativas _____

Quais eram os principais produtos comercializados pela família/grupo antes da pandemia (antes de março de 2020)?	
Antes da pandemia (antes de março de 2020), quais eram os canais de comercialização de alimentos acessados pela família/grupo? (pode marcar mais de uma opção, bem como indicar outros canais)	<p>() Feira () Cesta semanal/quinzenal de produtos () Mercados/Pequenos comércios () Grande varejista () Armazém do Campo () Venda direta na propriedade () Venda para atravessadores/intermediários () Mercado institucional - PAA e/ou PNAE (merenda escolar) () Cooperativa / Qual? _____ () Centro de Distribuição Outros _____</p>
Durante o período mais restrito da pandemia (março de 2020 a março de 2021), houve mudanças nos canais de comercialização de alimentos acessados pela família/grupo?	<p>Não () Sim () Se sim, quais novos canais? _____</p>

	Se sim, quais canais não funcionaram durante as restrições da pandemia? _____
No período mais restrito da pandemia (março de 2020 a março de 2021), quais foram as dificuldades e facilidades em relação à comercialização que a família/grupo desenvolveu?	
Teve algum produto que deixou de ser produzido e comercializado no período da pandemia (março de 2020 a março de 2021)?	Não () Sim () Quais? _____ Porque? _____ _____
No atual momento (agosto/setembro de 2022) quais são os canais de comercialização de alimentos acessados pela família/grupo? (pode marcar mais de uma opção, bem como indicar outros canais)	() Feira () Cesta semanal/quinzenal de produtos () Mercados/Pequenos comércios () Grande varejista () Armazém do Campo () Venda direta na propriedade () Venda para atravessadores/intermediários () Mercado institucional - PAA e/ou PNAE (merenda escolar) () Cooperativa / Qual? _____ () Centro de Distribuição Outros
No atual momento (agosto/setembro 2022) quais são as dificuldades e	

facilidades em relação à comercialização que a família/grupo desenvolve?	
--	--

APÊNDICE 02

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

QUESTIONÁRIO

Pesquisa: Estratégias de comercialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST no contexto da pandemia de COVID-19

Equipe de pesquisadoras: Marília Carla de Mello Gaia e Sandy Evelyn Pereira Arguelho (Universidade Federal de Santa Catarina)

Você está sendo convidado/a a participar como voluntário/a de uma pesquisa que tem como objetivo **investigar as estratégias de comercialização dos produtos oriundos da Reforma Agrária, no contexto da pandemia de COVID-19**. Este documento, chamado Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), visa assegurar seus direitos como participante e é elaborado em duas vias, uma que deverá ficar com você e outra com o/a pesquisador/a. Por favor, leia com atenção e se houver perguntas antes ou mesmo depois de aderir a este termo, você poderá esclarecê-las com o/a pesquisador/a. Não haverá nenhum tipo de penalização ou prejuízo se você não aceitar participar ou retirar sua autorização em qualquer momento.

Sua participação se dará por meio da resposta de questionário/formulário com um roteiro de perguntas sobre comercialização dos produtos da Reforma Agrária antes e durante a pandemia e depois da flexibilização do isolamento social (agosto a outubro/2022) O tempo gasto de resposta tem previsão média de duração de 15 minutos. Se você concordar, serão feitos registros escritos e de imagem. Apenas a equipe de pesquisadores/as terá acesso a estes registros.

Toda pesquisa com seres humanos envolve riscos aos participantes. Nesta pesquisa os riscos para você são: qualquer tipo de desconforto, tais como cansaço, aborrecimento, ansiedade ou outras alterações. Se julgar necessário, você dispõe de tempo para que possa refletir sobre sua participação, consultando, se necessário, seus familiares ou outras pessoas que possam ajudá-lo na tomada de decisão livre e esclarecida. Caso ao responder as questões desta entrevista, você vier a sentir constrangimento, timidez ou sensação de ansiedade pelo tempo dedicado, conteúdo envolvido, você poderá desistir de respondê-la a qualquer momento, comunicando a desistência à entrevistadora, sem prejuízos.

O benefício se dará de forma indireta e ampla, em que o material produzido servirá como um levantamento de dados em que fornecerá informações sobre as formas de comercialização antes da pandemia, durante o período mais restrito da pandemia e após a flexibilização, trazendo subsídios para qualificar e ampliar as estratégias de comercialização no âmbito da Reforma Agrária.

Você tem a garantia de que sua identidade será mantida em sigilo e nenhuma informação será dada a outras pessoas que não façam parte da equipe de pesquisadoras. Em possíveis divulgações dos resultados desse estudo seu nome não será citado. A equipe de pesquisadoras se compromete a garantir toda assistência e acompanhamento necessários e garante o direito à indenização diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa.

Em caso de dúvida, você poderá entrar em contato com a pesquisadora responsável, através do telefone e endereço fornecido a seguir:

Pesquisadora responsável:

Profa. Dra. Marília Carla de Mello Gaia (UFSC); correio eletrônico: marilia.gaia@ufsc.br: (48) 99920-1111

Em caso de dúvidas, denúncias ou reclamações sobre sua participação e sobre questões éticas do estudo, você poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEPSH) da UFSC. O CEPSH visa garantir a integridade dos interesses dos participantes e contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos.

Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos, Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC; Endereço: Pró-Reitoria de Pesquisa, Prédio Reitoria II, Rua Desembargador Vitor Lima, nº 222, sala 401, Trindade, Florianópolis/SC, CEP 88.040-400; correio eletrônico: cep.propesq@contato.ufsc.br; telefone: (48) 3721-6094

Consentimento livre e esclarecido

Após ter recebido todas as informações que julguei necessárias sobre a natureza da pesquisa, seus objetivos, métodos, benefícios previstos, potenciais riscos e o incômodo que esta possa acarretar, eu, voluntariamente, aceito participar desta pesquisa. Concordo com tudo que está escrito acima e dou meu consentimento. Declaro estar recebendo uma via original deste documento assinada pela pesquisadora e por mim, tendo todas as folhas por nós rubricadas.

Para fins da obtenção da entrevista, autorizo:

- Registro de imagem (fotografia)
- Preenchimento das informações do formulário

_____, ____ de _____ de 202__.

Assinatura: _____.

Nome: _____

Correio eletrônico (email): _____

Telefone de contato: (...) _____

Responsabilidade do/a Pesquisador/a:

Asseguro ter cumprido as exigências da Resolução CNS 466/12, bem como da CNS 510/16, além de complementares na elaboração do protocolo e na obtenção deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Asseguro, também, ter explicado e fornecido uma via deste documento ao participante. Comprometo-me a utilizar o material e os dados obtidos nesta pesquisa exclusivamente para as finalidades previstas neste documento ou conforme o consentimento dado pelo participante.

_____, ____ de _____ de 202__.

Profª. Dra. Marília Carla de Mello Gaia
Pesquisadora responsável

Nome e assinatura de quem aplicou o formulário